



**DIANA CLÁUDIA DA
SILVA ANTUNES**

**CONSOLIDAÇÃO DEMOCRÁTICA EM ÁFRICA: OS
CASOS DO BOTSWANA E DA NAMÍBIA**



**DIANA CLÁUDIA DA
SILVA ANTUNES**

**CONSOLIDAÇÃO DEMOCRÁTICA EM ÁFRICA: OS
CASOS DO BOTSWANA E DA NAMÍBIA**

dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política, realizada sob a orientação científica do Doutor Carlos Eduardo Machado Sangreman Proença, Professor Auxiliar do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro, e co-orientação científica do Lic. João Condinho Vargas, Doutorando do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro.

o júri

presidente

Professor Doutor Varqa Carlos Jalali
Professor auxiliar, Universidade de Aveiro

Professora Doutora Elisabete dos Santos Alves Azevedo Harman
Professora auxiliar, Instituto de Estudos Políticos, Universidade Católica Portuguesa

Professor Doutor Carlos Eduardo Machado Sangreman Proença
Professor auxiliar, Universidade de Aveiro

agradecimentos

"Os cães ladram mas a caravana passa..."

Obrigada a todos os que me ajudaram a navegar por águas desconhecidas e chegar a porto seguro. Bem ajam.

Em especial, agradeço o apoio e orientação dos Senhores Professores Carlos Jalali, Carlos Sangreman e do Dr. João Vargas, incansáveis na sua disponibilidade e dedicação.

Agradeço também aos meus familiares e amigos o apoio e carinho incondicionais, em particular aos meus pais, irmã e queridos amigos Tânia Faria e Carlos Martins.

Por fim, agradeço ao meu marido, Mauro Marques, todo o amor, paciência e apoio inabaláveis que me proporcionaram a alegria, motivação, tranquilidade e estabilidade necessárias para alcançar os objetivos a que me propus.

Obrigada.

palavras -chave

Democracia; Consolidação Democrática; África.

resumo

O presente trabalho propõe-se a analisar em perspectiva comparada o processo de consolidação da democracia no Botswana e na Namíbia entre 1999 e 2008, através do estudo das dimensões comportamental, atitudinal e estrutural da consolidação democrática. Na sequência desta análise tridimensional, pôde constatar-se que entre 1999 e 2008 houve mais fatores de incentivo do que obstáculos à consolidação da democracia quer no Botswana, quer na Namíbia. Contudo, verificaram-se desigualdades entre os dois países que podem ter sido traduzidas em resultados diferentes face à consolidação democrática.

keywords

Democracy; Democratic Consolidation; Africa.

abstract

The present study aims to analyze in comparative perspective the process of consolidation of democracy in Botswana and Namibia between 1999 and 2008, through the study of the behavioral, attitudinal and structural dimensions of democratic consolidation. Following this three-dimensional analysis we could see that between 1999 and 2008 there were more factors that encouraged than obstacles to the consolidation of democracy both in Botswana and Namibia. However, there were inequalities between the two countries that may have been translated into different results in the face of democratic consolidation.

Índice

1. Introdução	5
2. Revisão da Literatura.....	7
2.1 Democracia.....	7
2.2 Democracia no contexto Africano.....	11
2.3 Consolidação Democrática.....	15
2.4 Consolidação da democracia no contexto africano	18
3. Metodologia.....	25
3.1 Tipo de pesquisa.....	25
3.2 Tema, Objetivos e Questão de Investigação	26
3.3 Hipóteses	26
3.4 Como "medir" a Consolidação da Democracia? (Schedler, 2001)	27
3.5 Como "medir" a consolidação da democracia no Botswana e na Namíbia entre 1999 e 2008?	29
3.6 Dados.....	30
3.7 1999 - 2008.....	31
4. Estudos de caso.....	33
4.1 Botswana e Namíbia.....	33
4.2 Porquê a escolha do Botswana e da Namíbia como estudos de caso?	34
4.3 Análise das dimensões comportamental, atitudinal e estrutural da consolidação da democracia no Botswana e na Namíbia entre 1999 e 2008.....	35
4.4 A importância das eleições no Botswana e na Namíbia.....	54
5. Conclusões.....	63
Bibliografia.....	67

Índice de Figuras

Figura 1 - Botswana.....	33
Figura 2 - Namíbia.....	34

Índice de Quadros

Quadro 1 - Exemplos de tipos de democracia em África	15
Quadro 2 - Tema, objetivos e questão de investigação	26
Quadro 3 - Metodologia	30
Quadro 4 - Fontes dos dados utilizados para "medir" a consolidação da democracia no Botswana e na Namíbia.	31
Quadro 5 - Principais problemas verificados no Botswana e na Namíbia entre 1999 e 2008 - Resumo.....	42
Quadro 6 - Apoio à democracia no Botswana e na Namíbia (1999, 2003 e 2008)	49
Quadro 7 - PIB do Botswana entre 1999 e 2008	53
Quadro 8 - PIB da Namíbia entre 1999 e 2008	53
Quadro 9 - Eleições para a Assembleia Nacional no Botswana.....	56
Quadro 10 - Percentagem Total de Votos	57
Quadro 11 - Eleições para a Assembleia Nacional na Namíbia	59
Quadro 12 - Eleições Presidenciais na Namíbia.....	60
Quadro 13 - Percentagem Total de Votos	61

Índices de Gráficos

Gráfico 1 - Dimensões da Consolidação da Democracia (adaptado de Schedler, 2001)	28
Gráfico 2 - Apoio à democracia no Botswana (1999)	45
Gráfico 3 - Apoio à democracia no Botswana (2003)	46
Gráfico 4 - Apoio à democracia no Botswana (2005)	46
Gráfico 5 - Apoio à democracia no Botswana (2008)	46
Gráfico 6 - Apoio à democracia na Namíbia (1999)	47
Gráfico 7 - Apoio à democracia na Namíbia (2002)	48
Gráfico 8 - Apoio à democracia na Namíbia (2003)	48
Gráfico 9 - Apoio à democracia na Namíbia (2006)	48
Gráfico 10 - Apoio à democracia na Namíbia (2008)	49

1. Introdução

A resposta à pergunta "o que pensa, quando pensa em democracia?" pode não ser de imediato "África", mas sem dúvida que há muito que "Democracia" não é um termo nem um sistema de governo desconhecido para os africanos, apenas o é em moldes diferentes dos padrões ocidentais. Tal como o disse Richard L. Sklar (1983, p. 11), "a democracia em África é um processo experimental numa nova geração de países, e devemos estudá-lo não apenas para aprender mais sobre África, mas também para atualizar o nosso conhecimento acerca do significado da própria democracia".

Na maior parte das vezes, as transições para a democracia nos países africanos, resultaram de lutas intensas entre os incumbentes e as elites opositoras, cujo interesse no próprio enriquecimento era muitas vezes mais visível do que as suas convicções democráticas. Para além disso, a sombra das forças armadas permaneceu muitas vezes de forma evidente, sendo que algumas novas democracias sucumbiram á intervenção militar, no espaço de cinco anos depois da transição (Bratton & Mattes, 2000, p. 2). Contudo, desde o início dos anos 90, a vaga de democratização que tem vindo a abranger o contexto africano e a luta africana pela democracia, está lentamente a mostrar resultados à medida que o continente está a ultrapassar o legado do autoritarismo e indiferença para com a cultura democrática (Fayemi, 2009, p. 102).

Mais do que abordar a democracia em África, este trabalho visa essencialmente aprofundar o tema da consolidação da democracia no contexto africano. Este é o assunto sobre o qual se desenvolve toda a investigação e que se pretende que seja um meio para aprofundar a temática e um veículo de interpretação crítica da mesma.

Dada a impossibilidade de incluir nesta pesquisa todo o conhecimento no campo da consolidação democrática em África, este estudo aborda especificamente a consolidação da democracia no Botswana e na Namíbia no período de tempo compreendido entre 1999 e 2008.

Através desta abordagem à consolidação da democracia em África, espera-se um contributo para o progresso do conhecimento na área da democracia e da consolidação democrática, bem como à comunidade científica.

O objetivo principal desta dissertação consiste em analisar os processos de consolidação da democracia no Botswana e na Namíbia. Especificamente, pretende-se estudar os processos de consolidação da democracia no Botswana e na Namíbia segundo as dimensões comportamental, atitudinal e estrutural da consolidação democrática (Schedler, 2001), entre 1999 e 2008.

Ao realizar este estudo, é possível identificar fatores que possam ter constituído obstáculos à consolidação da democracia no Botswana e na Namíbia, bem como fatores que possam ter constituído incentivos à consolidação da democracia nestes dois países, entre 1999 e 2008.

Este trabalho divide-se fundamentalmente em cinco capítulos. Inicialmente é feita uma revisão da literatura onde se pretende fazer a contextualização dos conceitos de democracia e consolidação democrática adaptados ao cenário político do continente Africano. Em seguida é explicada a metodologia utilizada. Neste capítulo são abordados o tipo de pesquisa utilizada, o tema, objetivos, questão de investigação e hipóteses da dissertação. Para além disso é também explicada a forma como vai ser "medida" a consolidação da democracia no Botswana e na Namíbia entre 1999 e 2008 e o porquê da escolha desta década para a realização da investigação. O terceiro capítulo é dedicado aos Estudos de Caso: o Botswana e a Namíbia. Ao longo deste capítulo são explicadas as razões da escolha destes casos de estudo e são exploradas as três dimensões da consolidação da democracia no Botswana e na Namíbia entre 1999 e 2008. Ainda neste capítulo é feita uma análise dos resultados eleitorais nos dois países desde a independência e uma breve análise sobre a participação eleitoral. Por fim, no quarto capítulo, são analisadas as conclusões do trabalho e exploradas as limitações do estudo e sugestões de pesquisa para o futuro.

2. Revisão da Literatura

Este capítulo tem como principal objetivo a contextualização dos conceitos de democracia e consolidação democrática adaptados ao cenário político do continente africano. Esta contextualização vai permitir estruturar uma base sólida (quer em termos conceituais quer ao nível da realidade democrática atual em África) para que possa ser desenvolvida a comparação entre a consolidação da democracia na Namíbia e no Botswana.

2.1 Democracia

Apesar do conceito e da forma de governo democrático remontarem à Grécia antiga, o debate em torno da democracia permanece aceso e apesar de séculos de experiência democrática em várias partes do mundo, não existe uma definição univocamente aceite do termo democracia (Fayemi, 2009). Segundo Ambrose, isto acontece porque muitos filósofos, teóricos e decisores políticos por vezes escolhem adotar a definição de democracia que esperam que venha a resolver os seus problemas, ajude ao progresso económico e influencie a opinião pública (Ambrose, 1995, p. 16).

Muito embora existam várias formas de descrever o conceito de democracia, segundo Robert Dahl (1998) é possível identificar alguns critérios que um processo de governo teria de cumprir para satisfazer o requisito de que todos os membros têm o mesmo poder de participar nas tomadas de decisões relacionadas com as políticas aplicadas (Dahl, 1998, p. 37). Assim sendo, Dahl defende que existem pelo menos cinco critérios que teriam de ser cumpridos: participação efetiva, em que todos devem ter oportunidades iguais e efetivas de partilhar as suas perspetivas acerca de uma política; igualdade de voto, onde todos devem ter oportunidade de votar de forma igual e efetiva, e todos os votos devem ser contados como iguais; conhecimento esclarecido, em que cada pessoa deve ter oportunidades iguais e efetivas de aprender acerca das políticas alternativas relevantes e as suas possíveis consequências; controlo sobre a agenda, onde cada pessoa deve ter a oportunidade de decidir quais os temas a serem colocados em agenda; e inclusão de

adultos, ou seja, que todos, ou pelo menos uma grande percentagem dos adultos que sejam residentes permanentes possuam todos os direitos, enquanto cidadãos, que estão implícitos nos outros quatro critérios (Dahl, 1998, pp. 37-38).

Para além da perspetiva de Robert Dahl, que evidencia as oportunidades que a democracia proporciona, outras ideias surgem na literatura sobre o conceito de democracia.

Bell e Staeheli (2001) organizam a discussão em torno da democratização agrupando-a em duas categorias teóricas: processual e substantiva. De uma maneira geral, as abordagens processuais à democracia tendem a avaliá-la em relação às instituições, regras, práticas de governo e participação. De acordo com a abordagem processual, um estado e a sociedade ou comunidade que por ele é governada, é considerada democrática se os procedimentos da democracia estão firmemente estabelecidos. Na sua forma mais minimalista, as abordagens processuais não estão excessivamente preocupadas com os resultados dos procedimentos democráticos, uma vez que se assume que a operação dos procedimentos democráticos, por definição, produz resultados democráticos.

Outro conjunto de teorias sobre a democracia tem que ver com perspetivas substantivas da mesma. As teorias substantivas concentram-se nos resultados do governo e práticas democráticas. Ou seja, deste ponto de vista, a democracia é avaliada em termos de igualdade, equidade, justiça, e existe uma grande preocupação com os resultados que desta advêm. Os defensores da abordagem substantiva da democracia sustentam que as desigualdades estruturais e forças de exclusão limitam a medida em que os indivíduos podem participar de forma igual, se é que podem participar de todo, na formação de uma identidade social e cívica coletiva. Isto porém, não significa que defendam o abandono dos procedimentos formais e das instituições públicas de governo. Pelo contrário, insistem que as verdadeiras instituições democráticas devem adaptar-se e responder aos contextos em que estão inseridas (Bell & Staeheli, 2001, pp. 178-179).

Segundo Fayemi (2009), o debate em torno da democracia pode ser dividido num contínuo entre duas abordagens: a maximalista e a minimalista. Pensadores como Adam Przeworski, Joseph Schumpeter, Karl Popper, William Riker e Russel Hardin fazem parte do corpo da teoria minimalista de democracia. Isto significa que estes estudiosos partilham a mesma visão de que a democracia nem cria condições para os seus resultados, nem se caracteriza como algo para além do sistema eleitoral. Por exemplo, Przeworski (1999,

p.43) define a democracia minimalista como "um sistema em que os partidos perdem eleições". Schumpeter (2003) argumenta que a democracia é "um método pelo qual a tomada de decisão é transferida para indivíduos que ganharam poder numa luta competitiva pelos votos dos cidadãos". Por sua vez, Popper (1963, p.472) afirma que a democracia é um sistema onde uma administração pode ser substituída por outra sem que haja derramamento de sangue.

Em contraste a estas abordagens minimalistas, estão abordagens maximalistas da democracia. Estas defendem que as eleições por si só não constituem democracia, sem a efetiva garantia das liberdades civis. Para se definir a democracia de um ponto de vista "processual mínimo" deve incluir-se não apenas as eleições, mas também garantias razoavelmente abrangentes de direitos civis básicos (por exemplo, liberdade de expressão, associação e assembleia). Para além disso, Robert Dahl avança com três condições essenciais para o bom funcionamento da democracia multipartidária que vão para além dos procedimentos eleitorais mínimos (1. competição extensiva por candidatos políticos e os seus grupos ou partidos; 2. participação política que promova a seleção de candidatos por parte do eleitorado em eleições livres e justas; 3. liberdades civis e políticas que permitem que os cidadãos se expressem sem medo de represálias (Dahl, 1971). Para além da perspetiva maximalista de Robert Dahl, Larry Diamond, vê a definição de democracia como abrangendo "não apenas um regime civil, constitucional e multipartidário, com eleições regulares, livres e frequentes e sufrágio universal, mas também pluralismo organizacional e informacional; extensas liberdades civis; poder efetivo para os eleitos; e autonomia funcional para os órgãos legislativos, judiciais e executivos de governo" (Diamond, 1988).

Segundo Schedler (1998), para identificar se um país é um regime democrático, normalmente utiliza-se o critério levado a cabo por Robert Dahl, que defende que uma democracia é um regime que para além da existência de direitos civis e políticos, deve também possuir eleições justas, competitivas e inclusivas (Dahl, 1971). Este tipo de democracias são normalmente conhecidas como "liberais". Para além desta classificação, são comumente aceites outros dois subtipos de democracias: as democracias "eleitorais" e as democracias "avançadas". As democracias "eleitorais" são aquelas que possuem eleições (mais ou menos) inclusivas, claras, e competitivas, mas que falham no sentido de não possuir as liberdades civis e políticas essenciais a uma democracia "liberal". Por outro

lado, as democracias "avançadas" são aquelas que presumivelmente possuem algumas características que vão para além dos critérios mínimos requeridos para uma democracia "liberal" e que por esse motivo devem ultrapassá-la em termos de qualidade (Schedler, 1998).

Em 1863 Lincoln definiu a democracia como "o governo das pessoas, pelas pessoas e para as pessoas", definição que depois foi adoptada por estudiosos Ocidentais (Ambrose, 1995, p.16). Para Thomson a democracia significa literalmente "governo pelas pessoas" (Thomson, 2000, p. 216). Outros estudiosos seguem estas linhas de pensamento e podem dividir-se as suas definições de democracia em definições "amplas" e "restritas". A propósito das perspectivas mais amplas do conceito de democracia, Brendalyn Ambrose, por exemplo, define democracia como "um sistema de governo que permite as pessoas elegerem livremente os seus líderes e responsabilizá-los, e que permite que um grande número de pessoas tenham a oportunidade de poder usar o seu potencial humano para sobreviver com dignidade" (Ambrose, 1995, p.16). David Held partilha da visão de Ambrose e defende que a democracia é "uma forma de governo em que, em contraste com a monarquias e aristocracias, as pessoas governam" (Held, 1987, p.1).

Em contrapartida a estas definições mais amplas de democracia, surgem também definições mais restritas deste conceito. Por exemplo, Samuel Huntington define democracia como sendo um sistema político em que "os decisores políticos colectivos mais poderosos são seleccionados através de eleições justas, honestas e frequentes em que os candidatos disputam livremente pelos votos, e em que virtualmente toda a população adulta é elegível para votar" (Huntington, 1991, p.7).

Independentemente da maneira como a democracia é definida, quer em termos minimalistas, maximalistas, das instituições, processos ou resultados, Fayemi (2009) afirma que existem dois pressupostos de democracia: 1. todas as pessoas são iguais (igualdade) e 2. todas as pessoas são livres (liberdade). Para além destes dois pressupostos, outras condições mínimas são exigidas para que um sistema ser classificado como democrático, como por exemplo o respeito pelos direitos humanos e o Estado de Direito; deliberação colectiva, escolha e participação; governo representativo e responsabilizável. A democracia enfatiza que os valores não devem ser forçados sobre qualquer povo, e estipula liberdade, a separação do poder, a regra maioritária e a soberania do povo. A

democracia dá primazia aos valores morais e políticos da igualdade, reciprocidade, e respeito pelas opiniões dos outros (Fayemi, 2009).

Para além destas vantagens, segundo Dahl (1998) a democracia evita a tirania; garante aos cidadãos um número de direitos fundamentais que os sistemas não democráticos não garantem, nem podem garantir; assegura aos cidadãos um leque de liberdade pessoal que nenhuma outra alternativa promove; ajuda as pessoas a proteger os seus próprios interesses fundamentais; promove a máxima oportunidade para as pessoas exercerem a sua liberdade de auto-determinação, ou seja, viver sobre as leis que elas próprias escolhem; promove a máxima oportunidade para o exercício da responsabilidade moral; fomenta o desenvolvimento humano; promove um nível relativamente alto de igualdade política; as democracias representativas modernas não entram em confrontos umas com as outras; e os países com governos democráticos tendem a ser mais prósperos do que países com governos não democráticos (Dahl, 1998, pp. 45-61).

2.2 Democracia no contexto Africano

O que significa a palavra "democracia" em África? A resposta a esta pergunta indica que este termo pode ainda não ter entrado no discurso popular, até porque em algumas línguas indígenas não existe a tradução direta desta palavra, o que pode levar a interpretações erróneas quanto ao seu significado. Por outro lado, a adaptação fonética do termo europeu (p. e. "demokrasi") é mais comum, o que faz com que de uma forma ou de outra, a democracia parecer estar presente no vocabulário da maioria dos cidadãos Africanos (Bratton & Mattes, 2000, p. 4).

Contudo, desde o início dos anos 90, a vaga de democratização tem vindo a abranger o contexto africano, e a luta africana pela democracia está lentamente a mostrar resultados, à medida que o continente está a ultrapassar o legado do autoritarismo e indiferença para com a cultura democrática (Fayemi, 2009, p. 102). Segundo Claude Ake (1996, p. 135) a rejeição popular do governo militar na Nigéria, o fim do apartheid na África do Sul, a queda de Samuel Doe na Libéria e de Kerekou no Benim; os ganhos de pluralismo e multipartidarismo no Níger, Madagáscar, Camarões, Zâmbia, Argélia, Gabão, Costa de Marfim, Guiné, Moçambique, Angola, do Congo e São Tomé e Príncipe; e o

crescente processo de democratização no Quênia, Somália, Sudão, Togo, Gana, Serra Leoa, Etiópia, Camarões e Zimbabué são resultados demasiado relevantes para serem ignorados.

A democracia enquanto sistema de governo tem vindo a tornar-se mais atrativa para os países em desenvolvimento porque se acredita que a democracia seja uma melhor via para participar no esforço do desenvolvimento, e mais do que isso, promover um fórum mais alargado para a representação na distribuição dos recursos nacionais (Diamond, 1988).

De acordo com Fayemi (2009), as forças que levaram à democratização no contexto africano, foram tanto internas como externas. Ao nível interno, as falhas de desenvolvimento de muitos países africanos nos anos 80 (em particular as poucas realizações adquiridas em resultado de ajustes a programas estruturais) tiveram influência como alavanque para a democratização. Ao nível externo, houve uma grande preocupação das agências internacionais e nações doadoras em relação a regimes autocráticos em muitos estados africanos. A pressão internacional para a liberdade humana universal e da vida com dignidade, acrescida de promessas de melhoras ao nível das relações bilaterais para os países não ditatoriais, estimulam a condução da democratização em África. Da mesma opinião partilha Lindberg (2001) que defende que a explosão do aumento da liberdade política e democracia em África pode ser explicada por fatores domésticos, mas que as transições de autoritarismos militares e civis para democracias ou oligarquias liberalizadas mostram fortes indícios de determinantes internacionais no *timing* e direção destas mudanças (Lindberg, 2001, p. 174).

Robert Pinkney (1994) identifica cinco tipos principais de democracia em África: radical, orientada, liberal, socialista e consociacional (Quadro 1).

Democracia radical. De acordo com este tipo de democracia, espera-se que os indivíduos participem plenamente na política por forma a exercerem os seus direitos e protestarem os seus interesses. As decisões são tomadas segundo uma base puramente maioritária. Em África, onde a arena política produziu uma composição de grupos étnicos nos países, a democracia radical (que ignora os interesses das minorias étnicas ou culturais) tem sido problemática e tem contribuído para que as políticas democráticas sejam tomadas

por governantes autoritários. As democracias radicais não têm durado muito tempo nas sociedades em que foram praticadas, sobretudo no continente africano.

Democracia guiada. Este tipo de governo toma a sociedade como um todo, com os mesmos interesses e objetivos. Numa democracia guiada os interesses individuais são protegidos, desde que estejam de acordo com os interesses nacionais estabelecidos pelos governantes eleitos, que depois de decidirem quais são os interesses comuns das pessoas vão forçar as suas ideias á maioria. Segundo esta forma de democracia, é permitido que as pessoas participem na política, contudo as questões a ser debatidas são apenas decididas pelo líder nacional eleito. Tal como acontece com a democracia radical, os líderes são eleitos democraticamente, através de eleições justas, mas as pessoas têm muito pouco a dizer e os seus interesses são na maior parte das vezes ignorados. A Gambia governada por Dauda Jawara é um exemplo de democracia guiada em África.

Democracia liberal. Esta forma de democracia reconhece direitos e interesses individuais e de grupos. Assim sendo, é adotada uma forma de representar a diversidade e complexidade de interesses que existem na sociedade, acabando por surgir uma plataforma de competição que deve ser supervisionada pelo estado, para que os direitos individuais e das minorias não sejam sacrificados pelos da maioria. Em África, as Maurícias são provavelmente o melhor exemplo deste tipo de democracia que tem provado ser a democracia economicamente mais produtiva, e por isso mesmo a mais atrativa para os países africanos com problemas económicos. A dificuldade reside no facto de que a democracia liberal não pode apenas estabelecer regras ou orientações com o objetivo de regular a competição política, mas deve também assegurar a igualdade social e económica para que esta possa funcionar e durar em África e isso é difícil de concretizar em contextos de desigualdade social e económica extremos como aqueles que existem em África.

Democracia socialista. Esta forma de governo democrático enfatiza a igualdade de a justiça social. Segundo a democracia socialista os interesses e direitos individuais devem ser protegidos, a menos que estes entrem em conflito com a busca da igualdade e da justiça. Para além disso, este tipo de democracia apela a políticas redistributivas e à nacionalização dos meios de produção. Os ideais subjacentes á democracia socialista têm provado ser impossíveis de atingir na prática uma vez que este tipo de democracia deveria produzir o que pretende distribuir e requer motivação individual e eficiência económica

que são extremamente difíceis de atingir no contexto africano, segundo as regras deste tipo de democracia.

Democracia consociacional. Este tipo de democracia procura assegurar a plena participação das minorias, quer reservando um número específico de lugares no governo quer desenhando uma forma de representação proporcional que lhes permita fazer parte do governo. Desta forma os interesses dos cidadãos são protegidos tanto diretamente pelo estado como através dos poderes dos grupos reconhecidos pelo estado. A Etiópia é um exemplo de democracia consociacional em África, onde foram criadas regiões etnicamente baseadas para evitar as tensões ou guerras provocadas por conflitos étnicos.

Anyang Nyong'ó defende que a "pressão para a democracia" tem sido evidente em todos os países africanos desde a independência (Nyong'ó citado em Joseph, 1991, p. 13), e as décadas de governo autoritário depois da independência inspiraram os africanos a desenvolverem métodos de comunicação e comportamento, fora do alcance das agências repressivas dos estados (Joseph, 1991, p. 18). No entanto, e apesar desta "pressão", a democracia em África não é algo que vá surgir de um plano racional: vai surgir da improvisação e experiência prática no decorrer de um percurso sinuoso, onde esse percurso em direção à democracia deve ser desenhado pela realidade singular daqueles cuja participação democrática está em questão: os africanos (Ake, 1993, p. 244).

Paradoxalmente, esta tendência ainda não produziu os resultados esperados ao nível da transformação da sociedade uma vez que as guerras civis, genocídio, pobreza, corrupção e insegurança fazem ainda parte da realidade de muitos países africanos (Fayemi, 2009, p. 102).

Na Conferência Internacional que teve lugar em Julho de 1991, o então presidente do Botswana, Quett Masire recitou um provérbio Africano, que segundo Richard Joseph se aplica muito bem ao movimento democrático em África: "Devagarinho, devagarinho, um ovo ganha pés e anda" (Joseph, 1991, p. 13).

Quadro 1 - Exemplos de tipos de democracia em África (baseado em Pinkney, 1994)

<i>Tipos de democracia</i>	<i>Exemplos em África</i>
Radical	Nigéria
Guiada	Gambia
Liberal	Maurícias
Socialista	Tanzânia, Gana
Consocional	África do Sul

2.3 Consolidação Democrática

Durante o último quarto de século, a "terceira vaga" de democratizações fez com que mais de 60 países por todo o mundo passassem de governos autoritários para alguma forma de regime democrático (Diamond, 1999, p.24-25).

Originalmente, o termo "consolidação de democracia" pretendia descrever o desafio de tornar as novas democracias seguras, de estender a sua expectativa de sobrevivência para além do curto prazo, de os tornar imunes contra a regressão do autoritarismo, de construir barreiras contra eventuais "contra - vagas". Contudo, ao longo do tempo a lista de problemas e condições para a consolidação da democracia não tem parado de aumentar. Passou a incluir itens como a legitimação popular, a difusão dos valores democráticos, a neutralização de actores anti-sistema, supremacia civil sobre a militar, a eliminação de enclaves autoritários, contrução de partidos, a organização de interesses funcionais, a estabilização de regras eleitorais, a rotinação da política, a descentralização do poder do estado, a introdução de mecanismos de democracia directa , reforma judicial, a diminuição da pobreza e a estabilização económica (Schedler, 1998).

Apesar desta descrição pormenorizada das condições para a existência de consolidação democrática, Schedler também acredita que o significado de consolidação da democracia varia de acordo com os contextos e objectivos que temos em mente. Ou seja, que o significado que queremos atribuir à noção de consolidação da democracia depende

dos contextos empíricos com que nos deparamos e horizontes normativos que possuímos (Schedler, 1998).

A consolidação democrática, de acordo com Gasiorowski e Power (1998), refere-se ao processo pelo qual um regime democrático recentemente estabelecido se torna suficientemente durável que a queda da democracia - e um regresso ao governo não democrático - já não é provável. Infelizmente, é muito difícil identificar exatamente em que é que consiste esta durabilidade e quando é que a queda do regime democrático se torna pouco provável. Muitos autores relacionam a consolidação com o fortalecimento e legitimação das instituições democráticas, mas estes conceitos são notoriamente difíceis de definir precisamente. Alguns, enfatizam a importância das mudanças em certas práticas políticas ou condições socioeconómicas, como a terminação do poder de veto pelos líderes dos regimes anteriores, mudanças ao nível das práticas antidemocráticas de certas elites, e melhorias sócio económicas que reduzam a ameaça de agitação popular (O'Donnell, 1985, 1992, 1994; Przeworski, 1991; Valenzuela, 1992 in Gasiorowski & Power, 1998, p. 743).

No entanto, apesar de não ser difícil definir consolidação da democracia em termos gerais, é bastante delicado especificar precisamente em que é que consiste e quando é que ocorre.

Segundo Gunther, Diamandouros e Puhle (1995), a consolidação democrática envolve três dimensões distintas. A primeira é a dimensão estrutural, segundo a qual não devem restar domínios significativos de reservas de poder que impeçam que políticas públicas importantes sejam determinadas por leis, procedimentos, e instituições que tenham sido sancionadas pelo novo processo democrático.

O segundo critério é o atitudinal. De acordo com este critério, a consolidação democrática implica que uma grande maioria da opinião pública reconheça que os procedimentos e instituições democráticas são legítimos e apropriados, e onde o apoio a alternativas anti sistema são relativamente pequenas ou isoladas das forças pró - regime.

O último critério é o comportamental. Segundo este critério, atores nacionais, sociais, económicos, políticos ou institucionais significantes, não podem gastar recursos significativos na tentativa de atingir os seus objetivos desafiando as regras ou instituições do regime com apelos a uma revolta militar ou atividades revolucionárias, e quando as

forças pró - democráticas respeitem as suas regras e não se deixem envolver em política semi - leal (Gunther, Diamandouros, & Puhle, 1995, p. 79).

Linz e Stepan (1996) vão um pouco mais longe na definição de democracia consolidada. Para estes autores, uma democracia consolidada é "o único jogo na cidade". Quando uma democracia é "o único jogo na cidade" isto significa que, o comportamento do novo governo eleito, que emergiu de uma transição democrática, não é dominado pelo problema de enfrentar uma queda da democracia; que mesmo sob condições de crise política e económica severa, a grande maioria das pessoas acredita que qualquer mudança política deve surgir de parâmetros de fórmulas democráticas; que todos os atores políticos se habituem ao facto do conflito político ser resolvido de acordo com normas estabelecidas, e que as violações dessas normas serão ou ineficiente ou dispendiosas. Resumindo, com a consolidação, a democracia torna-se automatizada e profundamente entrosada na vida social, institucional, e mesmo psicológica. Para além disso, a democracia passa a ser também parte fulcral dos planos para o futuro no que a atingir o sucesso diz respeito (Linz e Stepan, 1996, p.5).

Segundo Linz e Stepan (1996), a consolidação propriamente dita da democracia é considerada uma etapa final, em que surgem cinco campos em interacção: uma sociedade civil livre e activa; uma sociedade política relativamente autónoma e valorizada; um Estado de Direito respeitado e valorizado; uma burocracia estatal subordinada ao governo; e uma sociedade económica institucionalizada (Linz & Stepan, 1996, p. 7).

Huntington (1991) define a consolidação democrática no sentido restrito, segundo o qual existem pelo menos duas ocasiões em que o partido da oposição que derrube um candidato à reeleição também é derrotado em eleições subsequentes. Por outro lado, uma versão mais ampla do conceito requer a institucionalização dos sistemas partidários (Kuenzi and Lambright, 2005; Mainwaring and Scully, 1995 in Resnick, 2011, p. 2).

Segundo Stepan (1990) por forma a tornarem-se institucionalizados, os partidos precisam de ser competitivos, ao demonstrarem congruência com as prioridades políticas dos cidadãos. Os partidos da oposição, em particular, devem representar "alternativas democráticas credíveis", que requerem uma existência ideologia e institucional independente.

O conceito de consolidação democrática, apesar de aparentemente oferecer uma consensualidade no que ao Estado de Arte diz respeito, os vários autores discordam em relação aos critérios a ser usados para definir se uma democracia está ou não consolidada.

2.4 Consolidação da democracia no contexto africano

Nas últimas décadas o estudo sobre a consolidação de democracias recentes têm-se dividido basicamente em duas tradições: a primeira centra-se em avaliar o desempenho das práticas e instituições políticas e o grau em que estas se tornam "institucionalizadas" ou "habitadas" no sistema político, assim como a forma de os melhores procedimentos e instituições poderem ser introduzidos no desenho constitucional (Horowitz, 1991; Lijphart, 1985 & 1990; Sisk, 1994 citados em Mattes et al, 2000, p. 2).

A segunda tradição destaca as práticas da sociedade civil e as atitudes e valores dos cidadãos (Almond & Verba, 1963; Inglehart, 1996 citados em Mattes et al, 2000, p. 2). Em suma, esta tradição sugere que independentemente de como estão desenhados os processos e instituições políticas, uma democracia sustentável requer pessoas que estejam dispostas a apoiar, defender e sustentar práticas democráticas.

Neste sentido, Juan Linz e Alfred Stepan (1996) defendem que independentemente da qualidade das instituições e procedimentos políticos, a democracia só é consolidada quando é "legitimada", ou vista por todos os atores políticos de relevo e por uma grande maioria dos cidadãos como o "único jogo na cidade".

Consolidação da democracia através das instituições e práticas políticas

A importância das eleições

A qualidade das eleições é de extrema importância para a consolidação democrática em sociedades com passados de ditadura que transitam para a democracia. As eleições dão aos cidadãos a oportunidade de escolher entre políticas em competição, políticas e partidos; responsabilizar os eleitos pelas suas ações oficiais; e traduzir a noção simbólica

de que o "poder ou soberania reside ou pertence ao povo" para a realidade política (Alemika, 2007, p. 1).

No entanto, é necessário analisar esta questão de pelo menos duas perspectivas: as eleições em si; e a qualidade das eleições como indicador de consolidação democrática. As eleições são um meio de perceber alguns dos valores principais da democracia (especialmente a participação dos cidadãos e a responsabilização dos governantes), mas a qualidade das eleições consiste num indicador da medida em que o governo democrático se consolidou (ou não) na sociedade. Dada a estreita ligação entre as eleições e a democracia, a medição da democracia é muitas vezes confundida com a medida da qualidade das eleições (Elklit & Reynolds, 2005).

Desde que a onda democrática de transição teve início em África já nos finais da década de 80, vários foram os países que conduziram rondas eleitorais. Alguns especialistas em estudos africanos dizem que cinco dos 47 países da África subsariana tinham alguma tipo de regime democrático no início de 1989, mas que 38 países subsequentemente mantiveram eleições competitivas entre 1989 e 1994 (Bratton & Walle, 1997). Outros sete estados seguiram o exemplo e fundaram a realização de eleições entre 1995 e 1997, enquanto 16 outros estados entraram na segunda ronda de eleições (Bratton, 1998).

O problema é que na maior parte dos casos, estas foram consideradas como "eleições sem escolha" (Ibrahim, 2003, p. 1). Ora imediatamente após esta afirmação, surge a pergunta: por que razão terão sido estas "eleições sem escolha"? Em primeiro lugar, a participação política dos cidadãos no processo eleitoral requer o registo como eleitores, votação em candidatos e em partidos, e a contestação por cargos de governo. Em África, o que acontece é que a participação é estrangida por uma série de fatores, incluindo erros administrativos e fragilidades institucionais dos corpos eleitorais, fraude, manipulação por parte dos partidos políticos (em especial o partido no governo), violência eleitoral, fraude e corrupção; pobreza, e enviesamentos religiosos e culturais contra as mulheres. Por outro lado, a competição entre partidos políticos é inibida pela manipulação das regras eleitorais e processos eleitorais pelo governo, por largas desigualdades de recursos entre os partidos, e pelo uso de recursos oficiais, facilidades e fundos para campanhas eleitorais por parte do governo e partido no poder. Nestas condições, a legitimidade do processo eleitoral em muitos países africanos é na maior parte das vezes

prejudicada por estes constrangimentos à participação e à competição (Alemika, 2007, p. 1).

Institucionalização dos sistemas partidários

Uma ideia bastante consensual entre os observadores políticos prende-se com o facto de os partidos políticos serem ingredientes necessários para o governo democrático, da mesma forma que os sistemas partidários institucionalizados são um requisito para a consolidação da democracia (Kuenzi & Lambright, 2005, p. 423).

Por outro lado, Kuenzi e Lambright (2005, pp. 423-424) também argumentam que os efeitos de diferentes características de sistemas partidários na democracia têm sido bastante contestados. Por exemplo, alguns autores defendem que os sistemas multipartidários diminuem a clareza das opções perante os eleitores, enfraquecem a responsabilidade e *accountability* do governo, e polarizam o cenário político. Outros por sua vez, defendem que os sistemas multipartidários aumentam a qualidade da democracia ao aumentarem as escolhas perante os eleitores, aumentando a representação de diferentes grupos, e mitigando a probabilidade de conflito civil.

Outra questão que tem sido difícil de estabelecer, prende-se com os efeitos de diferentes níveis de volatilidade eleitoral. De acordo com Kuenzi e Lambright (2005), tanto a estabilidade, em termos da estabilização das raízes partidárias na sociedade, como a competição, em termos do número de partidos, têm uma associação positiva com a democracia nos países Africanos (Kuenzi & Lambright, 2005, p. 424).

A importância da sociedade civil para a consolidação da democracia em África

De acordo com Hadenius e Ugglä (1996), o conceito de sociedade civil denota uma certa área da sociedade que é dominada por uma interação de um certo tipo. A área em questão é a do espaço público entre o Estado e o cidadão individual. Para além disso, a sociedade civil distingue-se pelo facto das atividades nela contida tomarem uma forma coletiva e organizada (Hadenius & Ugglä, 1996, p. 1621). Ao tomar consciência do conceito de sociedade civil, podemos ter uma perspetiva mais abrangente do conceito de cidadão no contexto democrático.

Sobre esta questão, os estudiosos podem divergir sobre a forma como os cidadãos devem mostrar-se envolvidos na política em geral, mas quase todos concordam, que democracias consolidadas requerem cidadãos no verdadeiro sentido da palavra. Uma democracia consolidada é uma democracia em que as pessoas não só acreditam que ela é "o único jogo na cidade" mas que fazem o tipo de coisas que apoiam e sustentam práticas, procedimentos e instituições políticas (Mattes et al, 2000, p. 41).

A questão que se coloca em relação á consolidação da democracia em África é: o continente africano possui uma massa crítica de cidadãos suficiente para suportar, sustentar e defender as instituições de governo popular?

Ao medir a extensão da legitimidade de democracia é necessário ter em consideração pelo menos três dimensões: a medida em que as pessoas estão comprometidas a componentes característicos do regime democrático; em que medida as pessoas escolhem a democracia como forma de regime preferível a todas as outras e por fim, o que as pessoas entendem pelo significado de democracia (Mattes et al, 2000).

O que é que os africanos entendem por democracia? Estão satisfeitos com a maneira como os regimes eleitos atuam na prática? Estas questões são muitas vezes encobertas pelo facto de muitas experiências democráticas em África terem lugar em economias agrárias, com rendimentos per capita baixos e uma classe média quase inexistente. Deparados com estas condições, os observadores têm as suas razões para se questionarem se os governos eleitos têm a capacidade de conhecer as expectativas dos cidadãos e, se não podem, de que forma os cidadãos podem rapidamente perder a sua fé na democracia. Contudo, à partida, os cidadãos africanos estão dispostos a dar um voto de confiança às neo democracias, mais não seja pela promessa de rutura com as regras autoritárias do passado (Bratton & Mattes, 2000).

A origem das transições em África esteve nos protestos populares, que estavam baseados fundamentalmente em argumentos económicos e políticos. Os cidadãos lutavam por aquilo que não queriam que se voltasse a repetir, mas ao mesmo tempo não articularam ou elaboraram uma visão coerente sobre o que queriam daí para a frente. Com base nas questões levantadas nos protestos podia ver-se que as pessoas queriam acima de tudo a responsabilização dos seus líderes políticos, e a eliminação das desigualdades que derivavam da corrupção. Ou seja, de forma natural, os desejos da população

transformaram-se em princípios basilares da democracia e as eleições multipartidárias começaram a ser o meio de atingir a liderança política. O único problema é que no meio da confusão da transição pouca ou nenhuma atenção foi prestada ao desenho institucional do regime. Como é evidente, não se pode esperar que depois de anos de vida sob regras militares e totalitárias os cidadãos tivessem em mente um conjunto alargado de regras democráticas ou que mostrassem uma profunda ligação a essas regras, o que pode explicar o facto de haver apoio á democracia, mas de também haver dúvidas em relação á sua origem (Bratton & Mattes, 2000, p. 2).

Com o objetivo de analisar o processo de consolidação da democracia em África, surge a necessidade de saber se a "oferta" e a "procura" de democracia coincidem ou não neste continente. Ou seja, perceber se os africanos querem a democracia na mesma proporção que a estão a receber por parte dos líderes políticos (Bratton & Mattes, 2009, p. 1). A este respeito, um estudo levado a cabo pelo Afrobarometer, que analisa as atitudes públicas de 19 países africanos durante 2008, revela que de uma maneira geral o apoio á democracia situava-se nos 70%. Para além de apoiarem a democracia, os africanos nestes 19 países rejeitavam o regime militar (75%), rejeitavam o regime mono partidário (73%) e também rejeitavam o regime totalitário (79%) (Bratton & Mattes, 2009, p. 1).

Por outro lado, apenas 59% dos africanos entrevistados acreditavam viver numa democracia plena ou quase plena e somente 49% afirmou estar satisfeito com a democracia em que vive (Bratton & Mattes, 2009, p. 2). Assim sendo, podemos através destes dados, observar que apesar de haver "procura" de democracia por parte dos africanos questionados em 2008, uma vez que a grande maioria apoia este tipo de regime, existe uma "oferta" que não satisfaz totalmente a população alvo do questionário em causa. Para que haja consolidação da democracia, é necessário que exista um equilíbrio entre a "oferta" e a "procura" de democracia, caso contrário, os regimes estão mais suscetíveis a instabilidade ao nível político e social.

De uma maneira geral, apesar de as atitudes democráticas estarem em expansão no seio das populações africanas abrangidas por este estudo do Afrobarometer, o problema é que pouco mais de metade dos inquiridos sente que haja correspondência entre a "procura" e a "oferta" da democracia. Logo, podemos concluir que a consolidação da democracia,

têm ainda um longo caminho a percorrer antes de encontrar o tão desejado equilíbrio (Bratton & Mattes, 2009, p. 2).

O sinal mais positivo em relação á consolidação democrática em África, tem a ver com o facto de muitos africanos valorizarem os bens políticos. A decidirem o grau de apoio á democracia, parece que os cidadãos africanos tomam mais em consideração os bens políticos do que os bens económicos. Será então que podemos dizer que é a democracia que vai legitimar o mercado, e não o contrário (Linz & Stepan, 1996)? Pode então ser exagerado dizer que se não houver um permanente acompanhamento de resultados políticos e económicos a democratização será posta em causa (Bratton & Mattes, 2000, p. 17).

3. Metodologia

Após a Revisão da Literatura apresenta-se de seguida a metodologia adotada no âmbito desta investigação.

3.1 Tipo de pesquisa

Ao longo desta investigação foi desenvolvida uma pesquisa qualitativa como forma de abordagem do problema em estudo. Este tipo de pesquisa considera que há uma relação dinâmica entre a realidade e o sujeito, ou seja, um vínculo permanente entre o mundo objectivo e a subjectividade do sujeito, que não pode ser traduzido em números (Reis, 2010, p.63). Contudo, alguns parâmetros desta investigação, apesar de serem descritivos, são passíveis de serem quantificados.

3.2 Tema, Objetivos e Questão de Investigação

Quadro 2 - Tema, objetivos e questão de investigação

<i>Tema</i>	<i>Consolidação da Democracia no Contexto Africano</i>
Objetivo geral	Analisar o processo de consolidação da democracia no Botswana e na Namíbia entre 1999 e 2008.
Objetivos específicos	<ol style="list-style-type: none">1. Analisar os processos de consolidação democrática no Botswana e na Namíbia segundo as dimensões comportamental, atitudinal e estrutural da consolidação da democracia entre 1999 e 2008;2. Identificar os fatores que possam ter constituído obstáculos à consolidação da democracia no Botswana e na Namíbia entre 1999 e 2008;3. Identificar os fatores que possam ter constituído incentivos à consolidação da democracia no Botswana e na Namíbia entre 1999 e 2008.
Questão de Investigação	Entre 1999 e 2008 houve mais fatores de incentivo do que obstáculos à consolidação da democracia no Botswana e na Namíbia?

3.3 Hipóteses

As hipóteses são diretrizes para uma pesquisa e constituem uma tentativa de explicação do fenómeno pesquisado. São suposições colocadas como respostas possíveis e provisórias do problema em causa, com o objetivo de colmatar lacunas de conhecimento (Reis, 2010, p. 64). Na tentativa de preencher algumas das lacunas de conhecimento

relacionadas com o tema de investigação deste trabalho, apresenta-se de seguida as suposições colocadas como respostas plausíveis e provisórias do problema de pesquisa:

HIPÓTESE 1 - O uso da violência constituiu um obstáculo à consolidação da democracia quer no Botswana quer na Namíbia.

HIPÓTESE 2 - O apoio à democracia por parte dos cidadãos quer do Botswana quer da Namíbia constituiu um incentivo à consolidação da democracia.

HIPÓTESE 3 - O crescimento económico incentivou a consolidação da democracia quer no Botswana quer na Namíbia.

3.4 Como "medir" a Consolidação da Democracia? (Schedler, 2001)

Assumindo que o Botswana e a Namíbia são democracias, como podemos "medir" o grau de consolidação destas democracias? Precisamos definir uma teoria que nos ajude a perceber se estas democracias são ou não democracias consolidadas, e que diferenças existem entre elas.

Assim sendo, com o objetivo de "medir" a consolidação da democracia no Botswana e na Namíbia, distinguimos três abordagens distintas que diferem tanto nos seus objetos de observação como nos pressupostos causais nos quais assentam para avaliar os vários graus de consolidação democrática: o comportamento dos atores políticos, as suas atitudes e o ambiente estrutural (Schedler, 2001, p. 69).

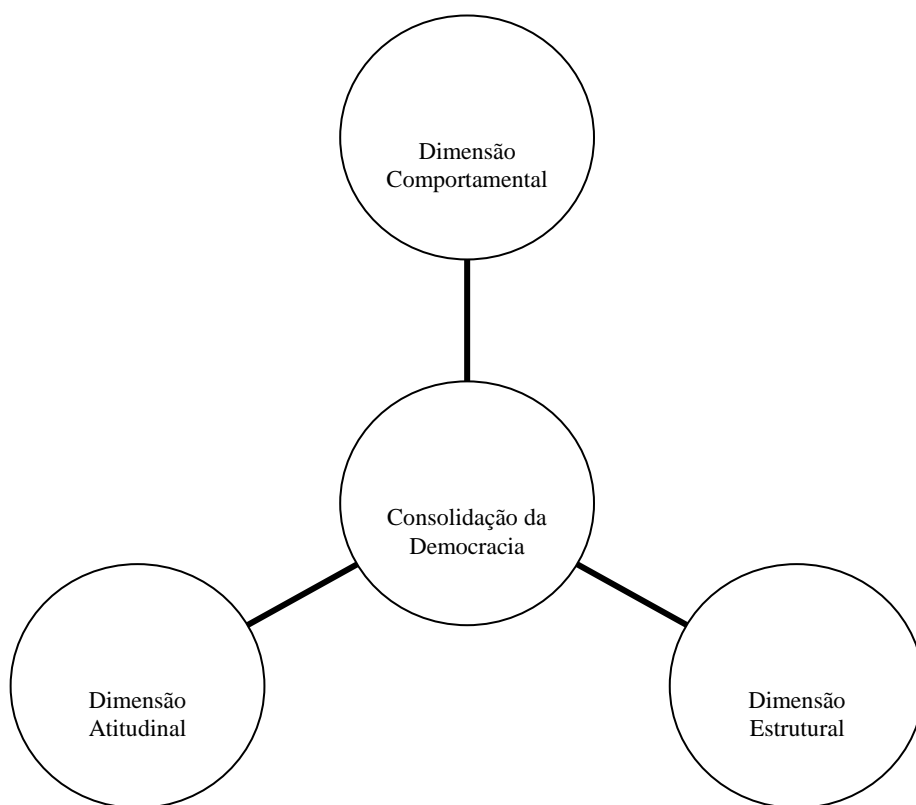


Gráfico 1 - Dimensões da Consolidação da Democracia (adaptado de Schedler, 2001)

Dimensão Comportamental

Da mesma forma que um médico quando olha para o seu paciente tenta encontrar sinais de problemas, de sintomas que possam indicar a presença de uma doença ou de potenciais ameaças à saúde futura do seu paciente, os estudiosos que tentam determinar a esperança de vida de uma democracia tentam encontrar sintomas visíveis de problemas nessa democracia. Nesse sentido, devem procurar sinais de comportamento anti - democrático (Schedler, 2001, p. 70).

Segundo Schedler (2001, p.70) existem três categorias básicas de ações que violam as regras básicas do jogo democrático, e como tal o põem em causa: o uso da violência, a rejeição de eleições e a transgressão da autoridade.

Dimensão Atitudinal

Tal como qualquer outro jogo, o jogo democrático implica a existência de atores que joguem consoante as regras da democracia. Atores que joguem segundo as regras do autoritarismo podem sustentar um regime democrático de fachada, mas inevitavelmente vão corroer os seus alicerces. Para analisar as hipóteses de sobrevivência de uma democracia, é necessário ir para além das violações óbvias das regras democráticas ou esperar que uma democracia entre em crise para analisar a sua capacidade de resistir ao *stress*. É necessário ir para além do comportamento dos atores políticos e olhar para as suas preferências e perceções. Desta forma é possível descobrir de que forma a racionalidade normativa, estratégica e cognitiva dos atores políticos vai de encontro aos requisitos de estabilidade do regime democrático (Schedler, 2001, p. 75).

Dimensão estrutural

Segundo alguns autores, a sobrevivência de um regime democrático depende deste assentar ou não em fundamentos estruturais sólidos. Podemos agrupar estes autores em dois grupos: os que enfatizam os fatores socioeconómicos, e os que enfatizam os fatores institucionais (Schedler, 2001, p. 80).

3.5 Como "medir" a consolidação da democracia no Botswana e na Namíbia entre 1999 e 2008?

De acordo com a perspectiva de Schedler (2001) sobre a forma de "medir" a consolidação democrática através da análise das dimensões comportamental, atitudinal e estrutural da consolidação da democracia, este trabalho utiliza a análise de um fator por cada dimensão, por forma a "medir" o grau de consolidação democrática do Botswana e da Namíbia entre 1999 e 2008. Assim sendo, é feita uma análise teórica do "uso da violência" nestes dois países no período de tempo mencionado, como forma de avaliar a consolidação democrática do ponto de vista comportamental. Em relação à dimensão atitudinal, é feita uma análise dos dados existentes sobre o "apoio à democracia" no Botswana e na Namíbia entre 1999 e 2008. O "crescimento económico" através da análise do PIB do Botswana e da Namíbia entre 1999 e 2008 é o fator utilizado para inferir o grau de consolidação da

democracia segundo a dimensão estrutural. O quadro que se segue tem por objetivo resumir a metodologia acima descrita.

Quadro 3 - Metodologia

<i>Consolidação da Democracia no Botswana e na Namíbia entre 1999 e 2008</i>	
Dimensão	Fator
Comportamental	Uso da violência
Atitudinal	Apoio à democracia
Estrutural	Crescimento económico (PIB)

3.6 Dados

Com o objetivo de elaborar um estudo comparativo dos processos de consolidação da democracia no Botswana e na Namíbia sob o ponto de vista do comportamento dos atores políticos ao longo do período compreendido entre 1999 e 2008, é feita uma análise descritiva do "uso da violência" nestes dois países. Para atingir esse objetivo são analisados os relatórios anuais do *Departamento de Estado Americano* sobre a Prática dos Direitos Humanos, onde se explora por ano os principais problemas enfrentados pelos dois países em termos de violações dos direitos humanos, e mais especificamente os problemas relacionados com o "uso da violência".

Para observar os processos de consolidação da democracia no Botswana e na Namíbia ao longo da década compreendida entre 1999 e 2008, sob o ponto de vista da dimensão atitudinal da consolidação democrática, tornou-se necessária a escolha de um fator de análise comparativo entre estes dois países. Como tal, neste trabalho é feita uma revisão dos dados publicados pelo *Afrobarometer* sobre o "apoio à democracia" em 1999, 2003, 2005 e 2008.

Com o objetivo de analisar a consolidação da democracia no Botswana e na Namíbia entre 1999 e 2008, utiliza-se o "crescimento económico" como fator explicativo da dimensão estrutural da consolidação democrática. Assim sendo, o PIB (Produto Interno Bruto) é o fator que se pretende elucidativo da relação entre o crescimento económico e a consolidação da democracia. O *World Bank* foi a fonte utilizada para recolher os dados sobre o PIB dos dois países.

Quadro 4 - Fontes dos dados utilizados para "medir" a consolidação da democracia no Botswana e na Namíbia.

<i>Consolidação da Democracia no Botswana e na Namíbia entre 1999 e 2008</i>	
Fator	Fonte
Uso da violência	Departamento de Estado Americano
Apoio à democracia	Afrobarometer
Crescimento económico (PIB)	World Bank

3.7 1999 - 2008

A opção de estudar o processo de consolidação da democracia no Botswana e na Namíbia entre o período de tempo compreendido entre 1999 e 2008 tem maioritariamente a ver com a limitação de dados comparativos entre os dois países relativamente aos fatores em análise. Principalmente ao nível do "apoio à democracia" os dados publicados só existem até 2008, o que acabou por condicionar todos os outros fatores em estudo.

O ano de 1999 foi o primeiro em que existiram publicações dos relatórios do Departamento de Estado Americano de onde foram retirados os dados sobre o "uso da violência" aplicados nesta investigação para ajudar a "medir" a consolidação da democracia segundo a dimensão comportamental. Desta forma estabeleceu-se a fronteira temporal deste trabalho, que assim ficou estabelecida em uma década de estudo comparativo.

4. Estudos de caso

4.1 Botswana e Namíbia

Com uma população com pouco mais de 2 milhões de habitantes, a República do Botswana, independente do Reino Unido desde 30 de Setembro de 1966, criou uma das economias mais dinâmicas em África ao longo de quatro décadas de liderança civil ininterrupta, progressivas políticas sociais e um significativo investimento de capital. A extração mineral, com maior incidência no diamante, dominam a actividade económica, muito embora o turismo também seja um setor onde se tem vindo a verificar um crescimento significativo, dadas as políticas de conservação do país e das suas extensas reservas naturais. O Botswana tem uma das mais altas taxas de infeção pelo vírus HIV / SIDA do mundo, no entanto, o país também é detentor de um dos programas mais progressistas e compreensivos do continente africano para lidar com a doença (CIA - The World Factbook).

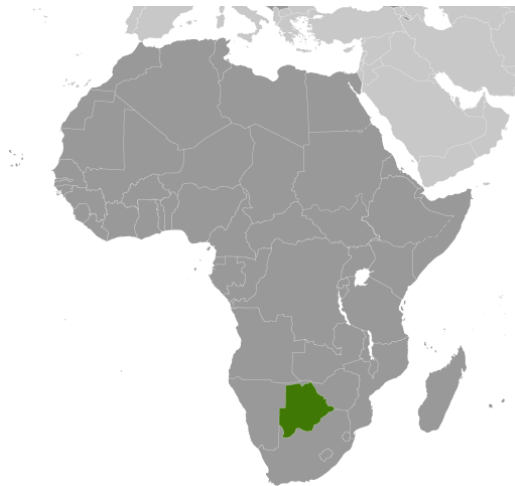


Figura 1 - Botswana



Figura 2 - Namíbia

A República da Namíbia, independente da África do Sul desde 21 de Março de 1990, com uma população pouco superior a 2 milhões de habitantes (tal como o Botswana), depende economicamente em grande parte da exportação de minerais como o diamante, o urânio, o zinco e o ouro. Cerca de 50% das necessidades de cereais do país são importadas e em anos de seca a falta de alimentos é um dos principais problemas nas áreas rurais da Namíbia. A elevada taxa de PIB per capita, relativa à região, esconde uma das mais desiguais distribuições de rendimento do mundo (CIA - The World Factbook).

4.2 Porquê a escolha do Botswana e da Namíbia como estudos de caso?

Dadas as circunstâncias de estudo da consolidação da democracia em África, tornou-se ao longo da investigação necessária a tentativa de aplicação dos conceitos teóricos a casos práticos que pudessem ajudar a tornar real a teoria.

No início da investigação, e na tentativa de contextualizar o conceito de democracia aplicado ao contexto africano, foram analisados os tipos de sistemas políticos em África (Joseph, 1991, p.12). Segundo Joseph, em 1991 existiam em África cinco democracias estabelecidas, entre elas o Botswana e a Namíbia.

Inicialmente, o facto de estes dois países serem vizinhos geográficos, de terem aproximadamente o mesmo número de habitantes e parecerem tão semelhantes no que à democracia e à consolidação desta diz respeito, funcionou como mote para descobrir se estes países, à partida tão semelhantes, teriam ou não resultados diferentes em relação à

consolidação da democracia. O que é facto é que na realidade por mais semelhantes que possam parecer, os resultados ao nível da consolidação da democracia diferem nestes dois países, como teremos a oportunidade de constatar mais adiante neste trabalho. O objetivo de comparar casos semelhantes permite identificar fatores que levam a resultados diferentes (baseado na lógica de diferença de John Stuart Mill) (Ragin, 1987, pp. 34-53).

Resta com esta investigação analisar quais os fatores que tornam o Botswana e a Namíbia diferentes em relação à consolidação da democracia. Será o "uso da violência", o "apoio à democracia" ou o "crescimento económico"?

4.3 Análise das dimensões comportamental, atitudinal e estrutural da consolidação da democracia no Botswana e na Namíbia entre 1999 e 2008

Dimensão comportamental da consolidação da Democracia no Botswana e na Namíbia (1999-2008)

Segundo Keane (2004), a violência e a democracia estão intimamente relacionadas uma com a outra, no sentido em que a violência definida como a interferência não desejada com o corpo de outras pessoas, desde que seja experienciada dor e angústia psicológica, e em casos extremos, em que haja ocorrência de morte, é o pior inimigo da democracia como a conhecemos.

Ao analisar o "uso da violência" no Botswana e na Namíbia entre 1999 e 2008, questionamo-nos se o "uso da violência " poderá ou não ter representado um obstáculo à consolidação da democracia nestes dois países. Este exercício poderá mais adiante ajudar a responder à questão de investigação deste trabalho, que agora relembro: Entre 1999 e 2008 houve mais fatores de incentivo do que obstáculos à consolidação da democracia no Botswana e na Namíbia?

O "uso da violência" no Botswana e na Namíbia entre 1999 e 2008

Tal como vimos anteriormente neste trabalho, a competição política num contexto de democracia liberal, renuncia de forma incondicional à violência. Atores políticos que

pretendem atingir os seus objetivos políticos através da força, violam um dos princípios fundamentais das normas da teoria e prática democrática (Schedler, 2001, p. 71).

De acordo com os relatórios anuais do Departamento de Estado Americano sobre as práticas dos Direitos Humanos, entre 1999 e 2008 verificaram-se no Botswana problemas que demonstram "uso da violência" neste país.

Em 1999, por exemplo, houve registros de maus tratos por parte da polícia a suspeitos de crimes; más condições nas prisões; relatos de tortura e morte em circunstâncias pouco claras nas prisões; restrição da oposição política às emissões estatais de rádio; discriminação legal e social das mulheres; violência contra as mulheres; registro de cidadãos que não tiveram acesso aos serviços sociais e na prática foram marginalizados no processo político; os sindicatos enfrentaram algumas restrições legais e o governo nem sempre garantiu que as leis trabalhistas se verificassem na prática.

No ano 2000 persistiram os mesmos problemas, contudo, não foram registrados relatos de tortura ou mortes em circunstâncias suspeitas e o Governo continuou a dominar a radiodifusão, apesar de o fazer em menor grau que no ano anterior.

Para além dos problemas verificados em 1999 e 2000, 2001 foi um ano marcado pelo relato de más condições nas prisões, sendo que a preocupação com a sobrelotação atinge o nível mais elevado dos últimos anos.

No ano 2002 o Governo coagiu os Basarwa¹ a saírem da Reserva Nacional do Kalahari durante o ano, para além do agravamento de todos os outros problemas que já haviam sido verificados nos anos anteriores.

Ao longo de 2003, a Polícia continuou a bater ou maltratar suspeitos para obter provas ou confissões, o Governo continuou a dominar a radiodifusão nacional e a limitar a liberdade de imprensa; alguns cidadãos permaneceram marginalizados no processo político; a violência e discriminação contra as mulheres continuaram a ser problemas graves; a discriminação social contra os Basarwa foi um dos grandes problemas registado durante o ano e os sindicatos continuaram a enfrentar algumas restrições legais, incluindo aqueles contra o direito à greve. O Governo nem sempre garantiu que as leis trabalhistas fossem observadas na prática.

¹ Povo indígena do Botswana que estava estabelecido na zona da reserva nacional do Kalahari, no Botswana.

O ano de 2004 foi um período em que para além dos problemas verificados nos anos anteriores, houve um aumento da discriminação social contra a etnia San (Basarwa) e contra as pessoas infetadas contra o vírus HIV/SIDA. Foram também registados abusos a crianças.

Em 2005, houve relatos de restrições às liberdades académicas e de imprensa; de assédio a ativistas dos direitos humanos; de violência contra as mulheres e contra a etnia San; de permanência de abuso de crianças e de restrições sobre os sindicatos.

Para além de todos os outros problemas, 2006 foi marcado por relatos de abuso infantil e discriminação contra homossexuais e pessoas infetadas com o vírus VIH/SIDA.

Em 2007 continuaram os relatos de maus tratos aos detidos pelas forças de segurança; persistiram as más condições nas prisões; atrasos no processo judicial; restrições à liberdade de imprensa; violência contra as mulheres e abuso infantil. Houve também relatos de discriminação social contra os homossexuais, pessoas com VIH / SIDA e contra os membros do grupo étnico San. O Governo fez restrições sobre o direito à greve e foi relatada a existência de trabalho infantil.

Para além dos problemas verificados entre 1999 e 2007, ao longo de 2008 a discriminação social contra as mulheres, pessoas com deficiência, homossexuais, pessoas com VIH / AIDS, pessoas com albinismo e os membros do grupo étnico San foi sem dúvida um dos problemas mais graves no Botswana.

De mesma maneira que foram verificados problemas relacionados com o "uso da violência" entre 1999 e 2008 no Botswana, o mesmo aconteceu na Namíbia.

Segundo os relatórios do Departamento de Estado Americano sobre a Prática dos Direitos Humanos por país, o Governo da Namíbia, no espaço de tempo analisado, de uma maneira geral respeitou os direitos humanos dos seus cidadãos. Contudo, foram relatados alguns problemas, que no contexto deste trabalho se inserem na categoria de "uso da violência" e servem para ilustrar a dimensão comportamental da consolidação da democracia.

No ano de 1999, por exemplo, membros das forças de segurança cometeram vários assassinatos extrajudiciais; as forças de segurança bateram em suspeitos durante a captura

ou enquanto estavam sob custódia durante as operações na região de Caprivi²; as forças de segurança agrediram cidadãos e refugiados Angolanos durante operações de segurança tanto em Kavango³ como no Caprivi, que foram resultado do conflito entre as forças do governo de Angola e a UNITA⁴ ao longo da fronteira Angolana; houve relatos de maus tratos por parte da polícia a suspeitos em detenção; denúncia de más condições nas prisões e prisão arbitrária por parte do Governo de cidadãos sob o estado de emergência.

Ao longo de 2000, para além de mortes extrajudiciais cometidas pelos membros das forças de segurança durante as operações de segurança nas regiões do Kavango e do Caprivi ao longo da fronteira norte da Namíbia com Angola, as forças de segurança envolvidas nas operações anti - UNITA mataram civis na Namíbia. Para além disso, durante as capturas e detenções, os membros das forças de segurança bateram em cidadãos e em refugiados Angolanos que eram suspeitos de cumplicidade com a UNITA. Houve relatos de maus tratos por parte da polícia a suspeitos em detenção e aos refugiados foi negada proteção legal durante a detenção.

Persistiram as más condições nos estabelecimentos prisionais e as capturas arbitrárias e prisões preventivas excessivamente longas. Houveram grandes atrasos nos julgamentos devido à acumulação de processos e falta de recursos e funcionários de altos escalões do Governo responderam às críticas ao Partido do Governo e às Políticas Governamentais com abusos verbais. Foi registada uma enorme pressão sob os jornalistas que trabalhavam para meios de comunicação do Estado para não criticarem o Governo e foram proibidas todas as manifestações públicas que não tivessem a aprovação prévia da polícia. Em alguns casos o Governo chegou a impedir manifestações. Também houve casos em que o Governo restringiu a liberdade de movimento. Durante a primeira metade do ano as autoridades deportaram cidadãos Angolanos sem passarem pelo tribunal da imigração, como exigido por lei; registou-se violência contra mulheres e crianças, incluindo violação e abuso infantil; discriminação legal e cultural em relação às mulheres; discriminação racial e étnica; disparidades na educação, saúde, emprego e condições de trabalho; discriminação contra pessoas indígenas, em especial nas áreas rurais e relatos de trabalho forçado, incluindo trabalho infantil. Membros das FAA⁵ e da UNITA envolvidos

² Região do Nordeste da Namíbia.

³ Região da Namíbia cujo nome deriva do rio Okavango que faz fronteira entre esta região e Angola.

⁴ União Nacional para a Independência Total de Angola. Partido Angolano fundado em 1966.

⁵ Forças Armadas Angolanas.

nos confrontos na parte norte do país cometeram assassinatos extrajudiciais, bateram e violaram civis.

Em 2001 o Governo continuou, de forma geral, a respeitar os direitos humanos dos cidadãos da Namíbia, contudo persistem problemas sérios. Ao longo do ano, membros das forças de segurança continuaram a cometer assassinatos enquanto conduziam operações de segurança nas regiões do Kavango e Caprivi; depois das lutas entre as FAA e a UNITA terem entrado no país, as forças de segurança anti - UNITA mataram civis; verificaram-se mortes sob custódia; durante as capturas e detenções, membros das forças de segurança torturaram e bateram em civis e em refugiados Angolanos, suspeitos de cumplicidade com a UNITA; houve relatos de maus tratos por parte da polícia a suspeitos detidos; rejeição de proteção legal aos refugiados durante a sua detenção; continuaram as más condições nas prisões e nos estabelecimentos de detenção militar; as prisões arbitrárias e prisões preventivas demoradas permaneceram um problema grave; continuaram a acumular-se os processos judiciais e a aumentar os atrasos nos julgamentos, principalmente devido à falta de recursos.

Oficiais de altos cargos governamentais continuam a responder às críticas ao partido do governo e às políticas governamentais com abusos verbais; continuou a haver pressão sob os jornalistas que trabalhavam em meios de comunicação do Estado para não criticarem o Governo; continuaram a ser proibidas todas as manifestações sem aprovação prévia da polícia e em algumas circunstâncias o Governo restringiu a liberdade de movimento. Em várias ocasiões durante a primeira metade do ano as autoridades deportaram cidadãos Angolanos sem serem presentes ao tribunal da imigração; registou-se violência contra mulheres e crianças, incluindo violação e abuso de crianças; continuou a discriminação legal e cultural contra as mulheres; discriminação racial e étnica; sérias disparidades na educação, saúde, emprego e condições de trabalho; discriminação contra pessoas indígenas, especialmente nas áreas rurais e relatos de trabalho forçado, incluindo trabalho infantil. Ao longo de 2001, membros das FAA e da UNITA envolvidos nos confrontos na parte norte do país continuaram a cometer assassinatos extrajudiciais, bateram e violaram civis e colocaram minas terrestres.

Durante o ano de 2002, persistiram a maior parte dos problemas verificados entre 1999 e 2001 relacionados com a prática dos direitos humanos, contudo: durante o ano,

membros das forças de segurança quer de Angola quer da Namíbia mataram civis na Namíbia; houve mortes sob custódia; as forças de segurança maltrataram e alegadamente torturaram cidadãos durante capturas e detenções; as condições continuaram más nas prisões e nos centros de detenção militar; persistiram os problemas com as detenções e prisões preventivas longas e agravaram-se os problemas com os atrasos nos julgamentos devido à acumulação de processos devido à falta de recursos. Oficiais de altos cargos do Governo continuaram a responder às críticas feitas ao governo e às políticas governamentais com abusos verbais; permaneceu a pressão sob os jornalistas que trabalhavam em meios de comunicação do Estado para não criticarem o Governo; a violência contra as mulheres e crianças, incluindo violação e abuso de crianças continuou a ser um problema sério; as mulheres continuaram a experienciar séria discriminação legal e cultural; houve relatos de discriminação racial e étnica e sérias disparidades na educação, saúde, emprego e nas condições de trabalho. Continuou a haver discriminação contra pessoas indígenas, especialmente nas zonas rurais da Namíbia; houve relatos de trabalho forçado, incluindo trabalho infantil e ocorreu ao longo do ano tráfico de pessoas. Em 2003, o Governo da Namíbia de uma maneira geral respeitou os direitos humanos dos cidadãos, contudo continuaram a verificar-se e a agravar-se ao longo do ano os mesmos problemas que se haviam verificado em 2002, salientando-se o facto de oficiais do Governo continuaram a responder às críticas ao partido no Governo e às políticas governamentais com abuso verbal e permaneceram as pressões aos jornalistas que trabalham para meios de comunicação que pertencem ao Governo para não o criticarem.

Ao longo de 2004, persistiram e continuaram a agravar-se os problemas que haviam sido reportados em anos anteriores, no entanto, não se verificou nenhum acréscimo significativo de problemas relacionados com a prática dos direitos humanos na Namíbia.

O ano de 2005 foi um ano em que o Governo da Namíbia geralmente respeitou os direitos humanos dos seus cidadãos, contudo, houve problemas em várias áreas. Uma extrema disparidade de rendimento dos cidadãos negros e brancos e uma elevada taxa de desemprego, na maioria de cidadãos negros, foram desafios importantes no campo dos direitos humanos. Para além disso, as forças de segurança voltaram a usar força excessiva durante capturas e detenções, que resultaram em mortos e feridos; permaneceram as detenções arbitrárias, as longas prisões preventivas e os atrasos nos julgamentos. Continuaram as tentativas do Governo para impedir os *media* de o criticar, continuou a

haver registo de violência contra as mulheres e crianças, incluindo violações e abuso de crianças e a discriminação contra as mulheres, minorias étnicas e povos indígenas permaneceu um facto. Tal como em anos anteriores, o trabalho infantil também se verificou em 2005.

Para além dos problemas relacionados com o "uso da violência" que se foram verificando desde 1999 na Namíbia, 2006 e 2007 foram anos em que, principalmente em 2007, foram registados casos de corrupção e de dispersão de manifestantes através do uso da força.

O ano de 2008 revelou-se um ano diferente dos outros, no sentido em que para além da polícia continuar a usar excessivamente a força, persistirem as más condições nas prisões e nos centros de detenção, das detenções arbitrárias persistirem, dos longos atrasos nos julgamentos, da corrupção, da violência contra mulheres e crianças e da discriminação contra mulheres, minorias étnicas, povos indígenas e trabalho infantil, o Governo criticou os media e as organizações não governamentais e membros da oposição foram vítimas de ataques, perseguição e intimidação por parte de apoiantes da SWAPO⁶.

⁶ South West Africa People's Organization

Quadro 5 - Principais problemas verificados no Botswana e na Namíbia entre 1999 e 2008 - Resumo

<i>Botswana</i>	<i>Namíbia</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Abuso da força por parte da polícia; • Constrangimentos à oposição política por parte do Governo; • Discriminação contra mulheres, pessoas com deficiência, pessoas infetadas com o vírus HIV/SIDA, homossexuais e pessoas com albinismo; • Marginalização de cidadãos do processo político; • Limitação da atuação dos sindicatos por parte do Governo; • Problemas com a realocação dos Basarwa, incluindo coação por parte do Governo e discriminação social; • Restrições às liberdades académicas e de imprensa; • Abuso de crianças e trabalho infantil. 	<ul style="list-style-type: none"> • Abuso da força por parte da polícia, incluindo assassinatos extrajudiciais e agressão a refugiados Angolanos; • Conflitos na região do Caprivi, daí resultando a morte de civis e agressões a cidadãos e refugiados suspeitos de cumplicidade com a UNITA; • Detenções arbitrárias e prisões preventivas excessivamente longas; • Abusos verbais por parte de altos escalões do Governo em resposta a críticas ao partido do Governo e às políticas governamentais; • Pressão sobre os jornalistas que trabalhavam para os meios de comunicação do Estado; • Proibição de manifestações não autorizadas pela polícia, impedimento por parte do Governo do direito à manifestação e dispersão de manifestantes através do uso da força; • Restrição da liberdade de movimento por parte do Governo; • Deportação de cidadãos Angolanos sem passarem pelo Tribunal da Imigração; • Violência contra mulheres e crianças, incluindo violação e abuso infantil; • Discriminação legal e cultural contra as mulheres; • Discriminação racial e étnica; • Disparidades na educação, saúde, emprego e condições de trabalho; • Discriminação de pessoas indígenas; • Trabalho forçado incluindo o infantil; • Disparidade de rendimento entre cidadãos brancos e negros e elevado desemprego principalmente entre os cidadãos negros; • Corrupção; • Ataques, perseguição e intimidação por parte de apoiantes da SWAPO a membros da oposição.

Fonte: Relatórios do Departamento de Estado Americano sobre a Prática dos Direitos Humanos

Tal com podemos verificar através dos dados resumidos no Quadro 5, entre 1999 e 2008 verificaram-se mais registos de problemas relacionados com o "uso da violência" na Namíbia do que no Botswana.

Isto pode significar que a ao longo deste período de tempo, a consolidação da democracia na Namíbia possa ter ocorrido em menor grau do que no Botswana no que à dimensão comportamental da consolidação diz respeito.

Se partimos do pressuposto que a violência e a democracia estão intimamente relacionadas uma com a outra e que a violência é o pior inimigo da democracia como a conhecemos (Keane, 2004), "o uso da violência" segundo as formas e características descritas, pode ter funcionado como um obstáculo à consolidação democrática no Botswana e na Namíbia, sendo que o efeito negativo deste fator sobre a consolidação da democracia pode ter surtido mais efeito na Namíbia do que no Botswana.

Este resultado vem confirmar a HIPÓTESE 1 deste trabalho, ou seja, que "o uso da violência constituiu um obstáculo à consolidação da democracia quer no Botswana quer na Namíbia" entre 1999 e 2008. Contudo à que ter em atenção as diferenças verificadas entre os dois países ao nível dos resultados em termos da consolidação da democracia segundo a dimensão comportamental.

Dimensão atitudinal da consolidação da Democracia no Botswana e na Namíbia (1999, 2003, 2005, 2008)

Tal como foi explanado no capítulo de revisão da literatura desta dissertação, nomeadamente na secção dedicada à consolidação democrática em África, independentemente de como estão desenhados os processos e instituições políticas, uma democracia sustentável requer pessoas que estejam dispostas a apoiar, defender e sustentar práticas democráticas (Mattes et al, 2000, p. 2). Neste sentido, Juan Linz e Alfred Stepan (1996) defendem que independentemente da qualidade das instituições e procedimentos políticos, a democracia só é consolidada quando é "legitimada", ou vista por todos os atores políticos de relevo e por uma grande maioria dos cidadãos como o "único jogo na cidade".

Que tipo de apoio à democracia terá o Botswana e a Namíbia por parte dos seus cidadãos? Preferem a democracia a qualquer outra forma de governo? Será que na Namíbia, por exemplo, com pouco mais de vinte anos de governo democrático, a democracia já é o "único jogo na cidade"?

Através da resposta a estas questões temos a oportunidade de construir algumas respostas para o problema levantado pela segunda hipótese de investigação deste trabalho: será que o apoio à democracia constituiu um fator de incentivo à consolidação da democracia no Botswana e na Namíbia entre 1999 e 2008?

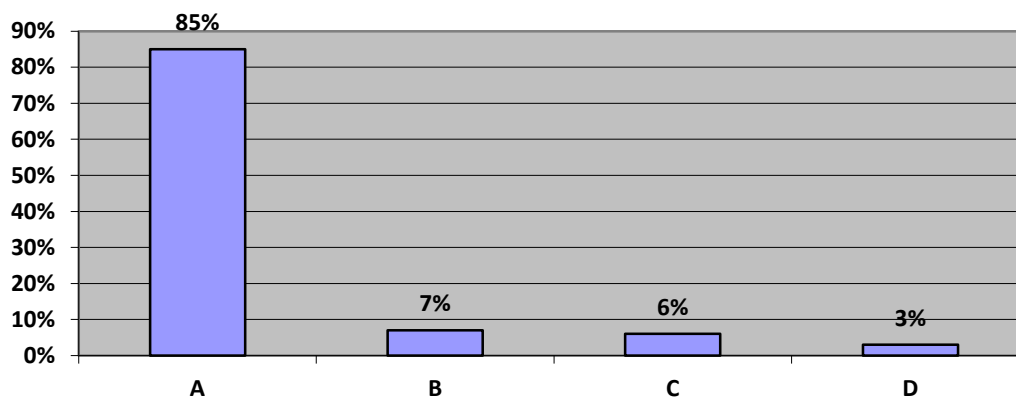
Apoio à Democracia no Botswana (1999, 2003, 2005, 2008)

Num estudo publicado em 2009 pelo Afrobarometer, onde é avaliado o apoio popular à democracia no Botswana, são realizadas uma série de questões que têm a ver com o apoio à democracia, entre elas a seguinte questão, cujas respostas são neste trabalho utilizadas como fator explicativo da dimensão atitudinal de consolidação da democracia no Botswana:

Qual destas três afirmações se aproxima mais da sua opinião? (Afrobarometer)

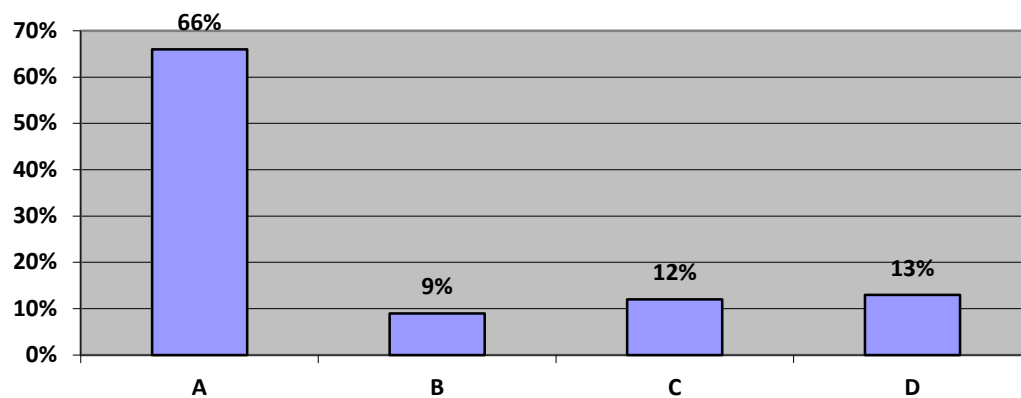
- A. A Democracia é preferível a qualquer outra forma de governo.
- B. Em algumas circunstâncias um governo não democrático pode ser preferível.
- C. Para alguém como eu, não importa que tipo de governo temos.
- D. Não sabe.

Gráfico 2 - Apoio à democracia no Botswana (1999)



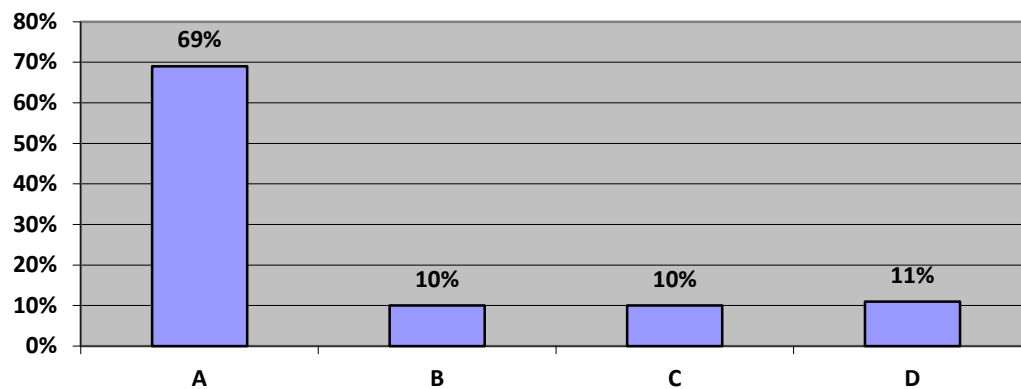
Fonte: Afrobarometer

Gráfico 3 - Apoio à democracia no Botswana (2003)



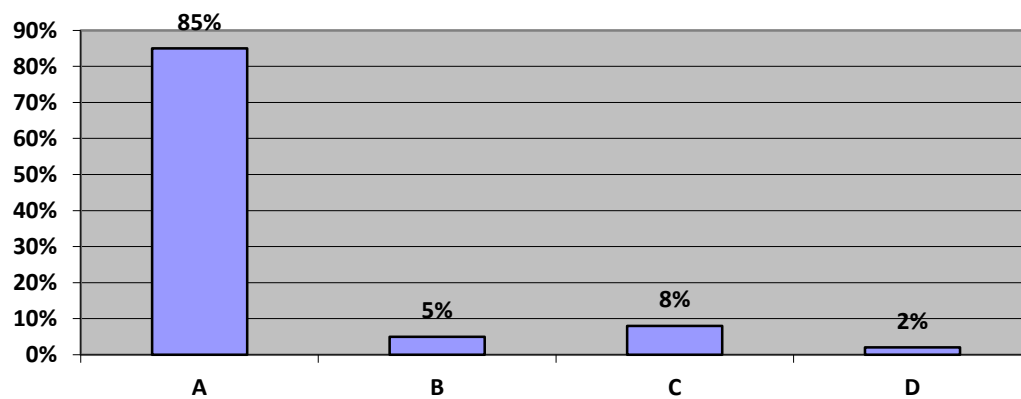
Fonte: Afrobarometer

Gráfico 4 - Apoio à democracia no Botswana (2005)



Fonte: Afrobarometer

Gráfico 5 - Apoio à democracia no Botswana (2008)



Fonte: Afrobarometer

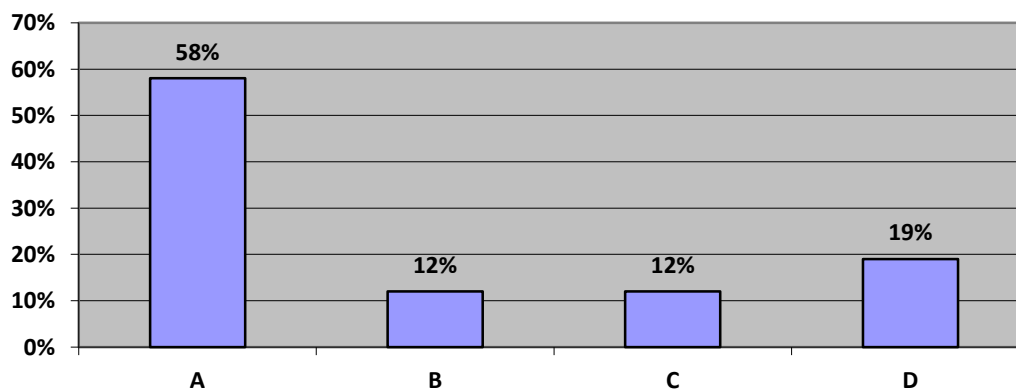
Apoio à Democracia na Namíbia (1999, 2002, 2003, 2006, 2008)

Em outro estudo publicado também em 2009 pelo Afrobarometer, onde é avaliado o apoio popular à democracia na Namíbia, são realizadas uma série de questões que têm a ver com o apoio à democracia, entre elas a seguinte questão (a mesma em relação ao Botswana), cujas respostas são neste trabalho utilizadas como fator explicativo da dimensão atitudinal de consolidação da democracia na Namíbia:

Qual destas três afirmações se aproxima mais da sua opinião? (Afrobarometer)

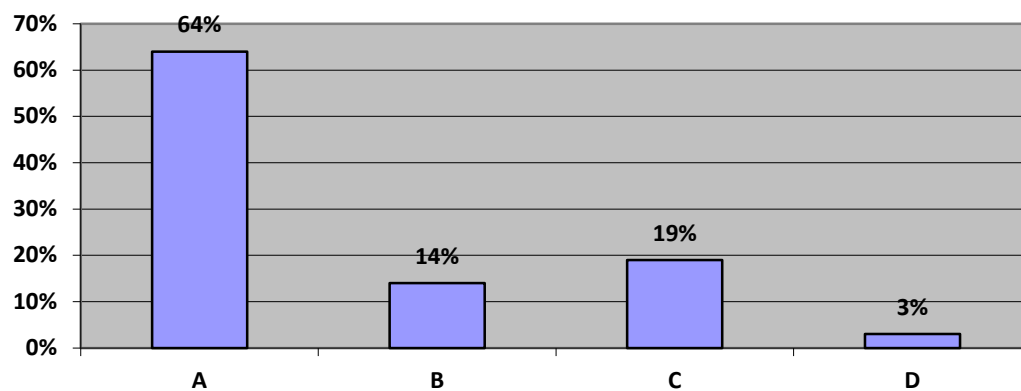
- A. A Democracia é preferível a qualquer outra forma de governo.
- B. Em algumas circunstâncias um governo não democrático pode ser preferível.
- C. Para alguém como eu, não importa que tipo de governo temos.
- D. Não sabe.

Gráfico 6 - Apoio à democracia na Namíbia (1999)



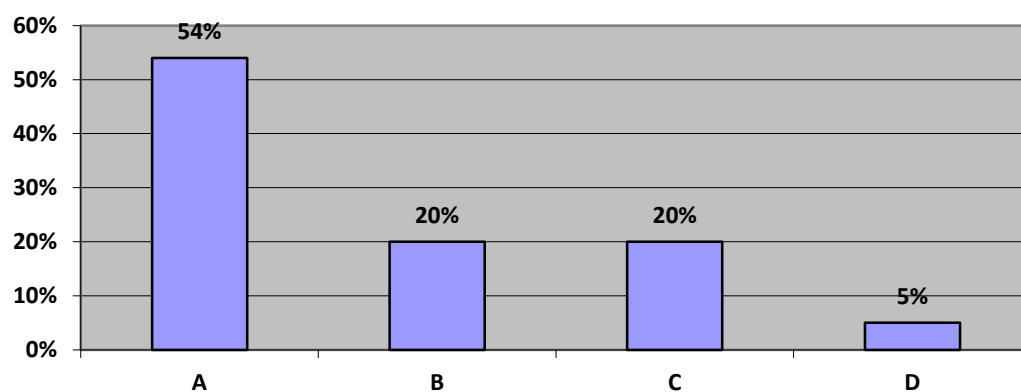
Fonte: Afrobarometer

Gráfico 7 - Apoio à democracia na Namíbia (2002)



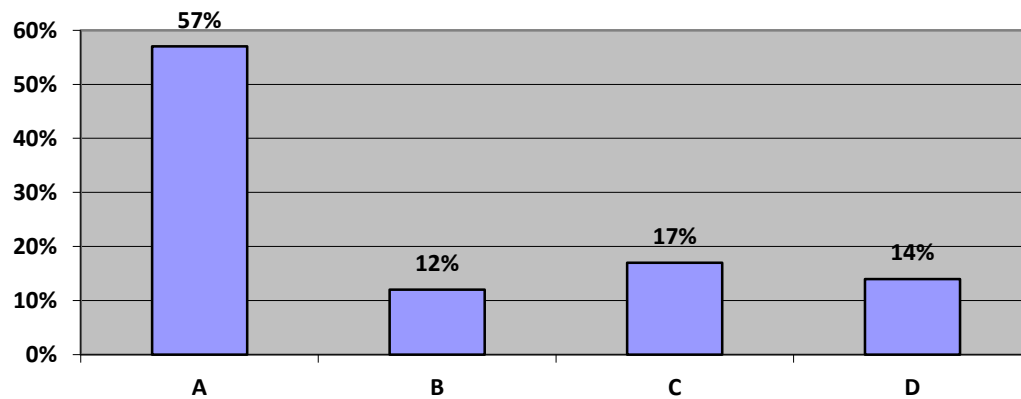
Fonte: Afrobarometer

Gráfico 8 - Apoio à democracia na Namíbia (2003)



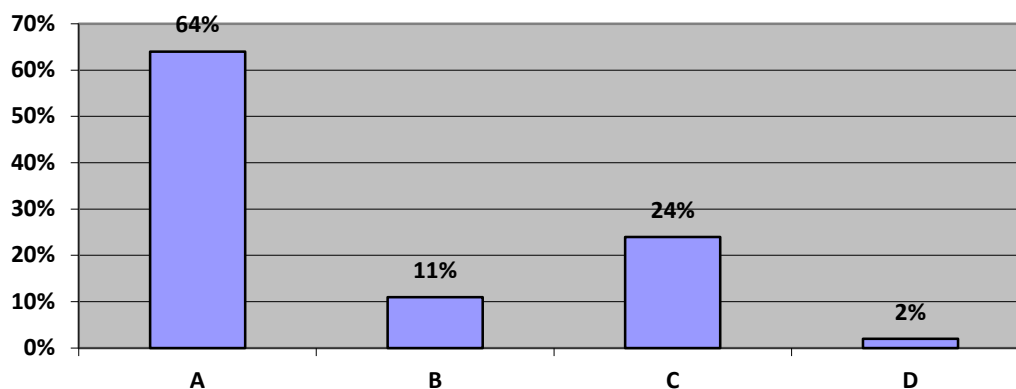
Fonte: Afrobarometer

Gráfico 9 - Apoio à democracia na Namíbia (2006)



Fonte: Afrobarometer

Gráfico 10 - Apoio à democracia na Namíbia (2008)



Fonte: Afrobarometer

Comparação entre o apoio à democracia no Botswana e na Namíbia entre 1999 e 2008

Quadro 6 - Apoio à democracia no Botswana e na Namíbia (1999, 2003 e 2008)

	1999				2003				2008			
	A	B	C	D	A	B	C	D	A	B	C	D
Botswana	85%	7%	6%	3%	66%	9%	12%	13%	85%	5%	8%	2%
Namíbia	58%	12%	12%	19%	54%	20%	20%	5%	64%	11%	24%	2%

Da comparação entre os valores percentuais das respostas às afirmações relacionadas com o apoio à democracia por parte dos cidadãos do Botswana e da Namíbia (Afrobarometer) em 1999, 2003 e 2008, podemos verificar que o número de pessoas que concorda que "a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo" é sempre superior no Botswana do que na Namíbia. Por outro lado, também se pode verificar que o número de pessoas que concorda com a afirmação "em algumas circunstâncias um governo não democrático pode ser preferível" é sempre superior na Namíbia do que no Botswana.

Em que medida estes valores nos podem elucidar em relação ao facto do "apoio à democracia" ser um fator de incentivo à consolidação democrática nestes dois países? Será que podemos pensar que o Botswana tem uma democracia mais consolidada porque tem tido sempre mais apoio à democracia que a Namíbia?

De acordo com a perspectiva de Gunther, Diamandouros e Puhle (1995, p.79), e como já havíamos explorado anteriormente neste trabalho, a consolidação da democracia segundo a dimensão atitudinal implica que uma grande maioria da opinião pública reconheça que os procedimentos e instituições democráticas são legítimos e apropriados, e onde o apoio a alternativas anti sistema são relativamente pequenas ou isoladas das forças pró-regime.

Ao comparar o "apoio à democracia" no Botswana e na Namíbia em 1999, 2003 e 2008, pudemos verificar que em 1999, 85% da população inquirida pelo Afrobarometer no Botswana afirmou que "a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo" e apenas 7% afirmou que "em algumas circunstâncias um governo não democrático pode ser preferível". Na Namíbia, por sua vez, os valores percentuais de apoio à democracia e apoio a alternativas ao sistema democrático são substancialmente diferentes. Apenas 58% dos inquiridos pelo Afrobarometer afirmou que "a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo" e 12% (quase o dobro do valor do Botswana) afirmou que "em algumas circunstâncias um governo não democrático pode ser preferível".

Em 2003 a percentagem de cidadãos inquiridos pelo Afrobarometer no Botswana que afirmou que "a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo" diminuiu consideravelmente, tendo sido de apenas 66%. Contudo 9% afirmou que "em algumas circunstâncias um governo não democrático pode ser preferível", mantendo a mesma tendência de 1999. Na Namíbia, apesar de 54% dos inquiridos ter afirmado que "a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo", o valor percentual de cidadãos que afirmaram que "em algumas circunstâncias um governo não democrático pode ser preferível" quase duplicou.

Os resultados do inquérito do *Afrobarometer* no Botswana em 2008, revelam um regresso às tendências de 1999: 85% dos cidadãos afirmou que "a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo" e apenas 5% afirmou que "em algumas circunstâncias um governo não democrático pode ser preferível". Na Namíbia, o resultado ao inquérito sofreu algumas alterações em relação aos anos anteriores. Em 2008, 64% dos inquiridos na Namíbia afirmaram que "a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo", o que significa que aumentou o número de pessoas que apoia a democracia como a melhor forma de governo em relação a 1999 e 2003.

O resultado destes inquéritos sobre o apoio à democracia em 1999, 2003 e 2008 no Botswana e na Namíbia pode indicar, no âmbito deste trabalho, que em relação à dimensão atitudinal da consolidação da democracia, o "apoio à democracia" terá representado um fator de incentivo à consolidação democrática em ambos os países.

Este resultado vem confirmar a HIPÓTESE 2 deste trabalho que diz que "o apoio à democracia por parte dos cidadãos quer do Botswana quer da Namíbia constituiu um incentivo à consolidação da democracia". Contudo, é notória a diferença entre os dois países e é necessário não descorar este facto. O Botswana apresenta em comparação com a Namíbia, valores bastante mais elevados de apoio à democracia e valores muito inferiores no que diz respeito ao apoio a outras formas de governo que não o democrático.

Dimensão estrutural da consolidação da Democracia no Botswana (1999 - 2008)

Com o objetivo de analisar a consolidação da democracia no Botswana e na Namíbia entre 1999 e 2008, utiliza-se o "crescimento económico" como fator explicativo da dimensão estrutural da consolidação democrática. Assim sendo, o PIB (Produto Interno Bruto) é o fator que se pretende elucidativo da relação entre o crescimento económico e a consolidação da democracia.

Segundo Feng (2003), a democracia tem sido louvada como um veículo para a felicidade e prosperidade, e culpada por dificultar a formação de capital o crescimento a longo prazo das nações.

Principalmente nos países menos desenvolvidos comete-se muitas vezes o erro de reduzir a relação entre a democracia e o desenvolvimento económico a uma relação básica como por exemplo: mais democracia, menos pobreza. Contudo, ao fazer esta associação está-se a ignorar uma série de relações complexas que existem entre a democracia e o crescimento. Existem um conjunto de fatores indiretos como a redução da instabilidade política, a promoção do investimento privado, a melhoria do capital humano, a correção das disparidades de vencimento, a proteção dos direitos de propriedade e a facilitação das transições demográficas que também têm de ser tidas em conta quando se analisa a relação entre a democracia e o crescimento (Feng, 2003, p.2).

Para além da análise do Produto Interno Bruto do Botswana e da Namíbia entre 1999 e 2008, é feito nesta secção, um resumo dos resultados eleitorais nestes dois países desde a sua independência (1966 e 1990 respetivamente) como forma de avaliar de que forma a estabilidade/instabilidade política refletida no resultado das eleições possa influenciar a consolidação da democracia e o crescimento.

Crescimento económico no Botswana e na Namíbia entre 1999 e 2008 (através da análise do Produto Interno Bruto)

Quadro 7 - PIB do Botswana entre 1999 e 2008

<i>Data</i>	<i>PIB (Biliões de Dólares)</i>
1999	5,866,964,491
2000	5,632,391,130
2001	6,033,896,673
2002	6,091,305,297
2003	8,086,707,335
2004	10,048,660,850
2005	10,255,448,713
2006	11,255,175,568
2007	12,376,435,510
2008	13,473,345,713

Fonte: The World Bank

Quadro 8 - PIB da Namíbia entre 1999 e 2008

<i>Data</i>	<i>PIB (Biliões de Dólares)</i>
1999	3,385,824,194
2000	3,908,501,441
2001	3,546,869,555
2002	-
2003	4,934,391,534
2004	6,605,804,205
2005	7,261,676,364
2006	7,980,502,216
2007	8,805,815,603
2008	8,967,523,025

Fonte: The World Bank

Apenas inferindo sobre os dados do Produto Interno Bruto nos dois países em estudo, podemos dizer que a Namíbia apresentou claramente resultados muito inferiores ao Botswana. Isto significa que a soma dos bens e serviços finais produzidos no Botswana entre 1999 e 2008 foi superior em todos os anos à da Namíbia.

Apesar de parecer um pouco redutora, no contexto deste trabalho, e como indicador do crescimento económico, espera-se que esta perspetiva seja útil para inferir algumas conclusões acerca da hipótese que foi colocada relativamente ao facto do crescimento económico ser um fator de incentivo à consolidação da democracia.

De acordo com os dados publicados pelo World Bank sobre a evolução do PIB no Botswana e na Namíbia entre 1999 e 2008, pudemos verificar que em relação ao Produto Interno Bruto, este foi sempre muito superior no Botswana do que na Namíbia. Para além disso, verificamos que apesar da disparidade de valores, a tendência em ambos os países foi sempre de crescimento constante e gradual.

No âmbito deste trabalho, e na tentativa de associar a consolidação da democracia ao crescimento económico, como fator explicativo da dimensão estrutural da consolidação democrática, podemos dizer que o crescimento económico terá representado um fator de incentivo à consolidação da democracia, ou que pelo menos não terá sido um obstáculo à consolidação democrática nestes dois países entre 1999 e 2008.

Este resultado vem confirmar a HIPÓTESE 3 deste trabalho, que diz que "o crescimento económico incentivou a consolidação da democracia quer no Botswana quer na Namíbia" entre 1999 e 2008. Contudo, existem diferenças entre os dois países. Se o crescimento económico foi muito superior no Botswana em relação à Namíbia, também podemos supor que a consolidação da democracia terá ocorrido em maior grau no Botswana do que na Namíbia, pelo menos no que diz respeito à dimensão estrutural da mesma.

4.4 A importância das eleições no Botswana e na Namíbia

Tal como vimos no capítulo de revisão da literatura, nomeadamente na secção relativa à importância das eleições no contexto africano, a qualidade das eleições é de extrema importância para a consolidação democrática em sociedades que acarretam

passados de ditadura e transitam para a democracia liberal. As eleições dão aos cidadãos a oportunidade de escolher entre políticas em competição, políticas e partidos; responsabilizar os eleitos pelas suas ações oficiais; e traduzir a noção simbólica de que o "poder ou soberania reside ou pertence ao povo" para a realidade política (Alemika, 2007, p. 1).

Contudo, no contexto deste trabalho, para além da análise das dimensões comportamental, atitudinal e estrutural da consolidação da democracia através dos indicadores "uso da violência", "apoio à democracia" e "crescimento económico", surge a pertinência de analisar os resultados eleitorais desde a independência do Botswana (1966) e da Namíbia (1990) como forma de perceber por um lado se a democracia tem ou não promovido a estabilidade política, e por outro, que tipo de participação dos cidadãos e responsabilização dos governantes pode ter desencadeado (ou não). Esta análise pode, no fundo, dar uma perspetiva geral da consolidação da democracia nestes dois países desde as suas independências.

Eleições no Botswana

Caracterização do Sistema Político

No Botswana o Presidente é eleito pela Assembleia Nacional para um mandato de 5 anos. O Parlamento é bicameral, constituído pela Casa dos Chefes (15 lugares - grupo de conselheiros composto pelos chefes das oito principais tribos - membros permanentes, 4 subchefes indiretamente eleitos, e 3 membros selecionados pelos outros 12 membros. Os 7 membros não permanentes têm mandatos de 5 anos) e pela Assembleia Nacional (63 lugares - 57 membros eleitos por voto popular direto usando o sistema de maioria simples, 4 membros são eleitos pelo partido maioritário e 2 são membros *ex officio*. Os membros possuem mandatos de 5 anos.

Resultados eleitorais desde a independência - 1966 até 2009

Quadro 9 - Eleições para a Assembleia Nacional no Botswana

<i>Data</i>	<i>Partido</i>	<i>% Votos</i>	<i>Nº Mandatos</i>
1969	BDP⁷	68.4	24
	BNF	13.5	3
	BPP	12.1	3
	BIP	0.8	1
	Independents	0.0	0
1974	BDP		27
	BNF		2
	BPP		2
	BIP		1
1979	BDP	75.4	29
	BNF	13.1	2
	BPP	7.5	1
	BIP	3.8	0
	Independents	0.2	0
1984	BDP	68.0	29
	BNF	20.4	4
	BPP	6.6	1
	BIP	3.2	0
	BPU	1.3	0
	Independents	0.5	0
1989	BDP	64.84	31
	BNF	26.86	3
	BPP	4.36	0
	BIP	2.48	0
	BPU	0.87	0
	BFP	0.54	0
	BLP	0.02	0
	BDP	53.1	27
1994	BNF	37.7	13
	BPP	4.6	0
	IFP	2.9	0
	BPU	1.2	0
	Others	0.5	0
	BDP	57.15	33
	BNF	25.95	6
1999	BCP	11.90	1
	BAM	4.69	0
	MELS	0.01	0

⁷ Botswana Democratic Party

2004	Independents	0.30	0
	BDP	51.73	44
	BNF	26.06	12
	BCP	16.62	1
	BAM	2.84	0
	BPP	1.91	0
	NDF	0.78	0
	MELS	0.03	0
2009	Independents	0.03	0
	BDP	53.26	45
	BNP	21.94	6
	BCP	19.15	4
	BAM	2.27	1
	BPP	1.39	0
	MELS	0.05	0
	BTTO	0.01	0
	Independents	1.92	1

Fonte: African Elections Database

Como podemos verificar, desde as primeiras eleições democráticas em 1969 até às últimas, em 2009, nunca houve alternância do Partido eleito, sendo sempre o Partido Democrático do Botswana a conquistar o maior número de votos e consequentemente o maior número de mandatos. O que é que estes valores nos poderão dizer acerca da consolidação da democracia no Botswana?

Participação eleitoral

Quadro 10 - Percentagem Total de Votos

<i>Data</i>	<i>% Total de Votos</i>
1969	54.7
1974	31.2
1979	58.4
1984	77.6
1989	68.2
1994	76.6
1999	77.1
2004	76.2
2009	76.5

Fonte: African Elections Database

Principalmente a partir de 1989 a percentagem total de votos nas eleições para a Assembleia Nacional é muito elevada, o que nos pode levar a dizer que a participação eleitoral no Botswana apesar de ter sofrido uma queda entre 1984 e 1989, é também muito elevada. No entanto podemos questionar-nos acerca da motivação dos eleitores para votarem. Terá a ver com a satisfação com a democracia e concretamente com os resultados da governação democrática por parte do Partido Democrático do Botswana e dos seus representantes, visto que tem sido sempre este o partido vencedor das eleições?

Eleições na Namíbia

Caracterização do Sistema político

Na Namíbia o Presidente é eleito por voto popular direto para um mandato de 5 anos. O Primeiro-ministro é indicado pelo Presidente e o Parlamento é Bicameral. Assim sendo, o Parlamento é constituído pelo Concelho nacional (26 lugares - 2 membros de cada uma das 13 regiões são escolhidos indiretamente pelos vereadores regionais que por sua vez são eleitos diretamente - possuem mandatos de 6 anos) e pela Assembleia nacional (78 lugares - 72 membros eleitos por voto popular direto usando o sistema de lista de representação proporcional partidária, e um número máximo de 6 membros não eleitos são indicados pelo presidente - servem mandatos de 5 anos).

Resultados eleitorais desde a independência - 1990 até 2009

Quadro 11 - Eleições para a Assembleia Nacional na Namíbia

<i>Data</i>	<i>Partido</i>	<i>% Votos</i>	<i>Nº Mandatos</i>
1994	SWAPO	73.89	53
	DTA	20.78	15
	UDF	2.72	2
	DCN	0.83	1
	MAG	0.82	1
	SWANU	0.53	0
	FCN	0.24	0
	WRP	0.19	0
1999	SWAPO	76.15	55
	COD	9.94	7
	DTA	9.48	7
	UDF	2.93	2
	MAG	0.67	1
	SWANU-WRP	0.35	0
	DCN	0.34	0
	FCN	0.14	0
2004	SWAPO	76.11	55
	COD	7.29	5
	DTA	5.11	4
	NUDO	4.15	3
	UDF	3.60	3
	RP	1.96	1
	MAG	0.85	1
	NDMC	0.51	0
	SWANU	0.42	0
2009	SWAPO	75.27	54
	RDP	11.31	8
	DTA	3.17	2
	NUDO	3.05	2
	UDF	2.43	2
	APP	1.35	1
	RP	0.82	1
	COD	0.67	1
	SWANU	0.62	1
	MAG	0.59	0
	DPN	0.24	0
	NDMC	0.22	0
	NDP	0.15	0
	CP	0.10	0

Fonte: African Elections Database

Quadro 12 - Eleições Presidenciais na Namíbia

<i>Data</i>	<i>Candidatos</i>	<i>Partido</i>	<i>% de votos</i>
1994	Sam Nujoma	SWAPO⁸	76.34
	Mishake Muyongo	DTA	23.66
1999	Sam Nujoma	SWAPO	76.82
	Ben Ulenga	COD	10.49
	Katuutire Kaura	DTA	9.79
	Justus Garoëb	UDF	2.90
2004	Hifikepunye Pohamba	SWAPO	76.44
	Ben Ulenga	COD	7.28
	Katuutire Kaura	DTA	5.12
	Kuaima Riruako	NUDO	4.23
	Justus Garoëb	UDF	3.83
	Henk Mudge	RP	1.95
	Kosie Pretorius	MAG	1.15
2009	Hifikepunye Pohamba	SWAPO	76.42
	Hidipo Hamutenya	RDP	11.08
	Katuutire Kaura	DTA	3.02
	Kuaima Riruako	NUDO	2.97
	Justus Garoëb	UDF	2.41
	Ignatius Shixwameni	APP	1.25
	Henk Mudge	RP	1.18
	Ben Ulenga	COD	0.73
	Usutuaije Maamberua	SWANU	0.37
	David Isaacs	DPN	0.23
	Frans Goagoseb	NDMC	0.22
	Attie Beukes	CP	0.13

Fonte: African Elections Database

Quer nas eleições para a Assembleia Nacional, quer para as Presidenciais, o resultado em termos de alternância de Partido ou de representante do Partido no caso das eleições Presidenciais, segue o mesmo caminho que no Botswana. Ou seja, apesar do Botswana já ter eleições em Democracia à mais tempo, na Namíbia também não se verifica alternância do Partido do Poder, apesar de haver um sistema multipartidário.

⁸ South West Africa People's Organization

Participação eleitoral

Quadro 13 - Percentagem Total de Votos

<i>Data</i>	<i>Presidenciais</i>	<i>Assembleia Nacional</i>
1994	76	76
1999	62.1	62.8
2004	85.2	84.8
2009	Não Disponível	Não Disponível

Fonte: African Elections Database

Da mesma forma que aconteceu no Botswana, na Namíbia a Percentagem Total de Votos também é muito elevada, aliás, na Namíbia os valores conseguem ser superiores aos do Botswana, por exemplo em 2004 (76.2% contra 84.8% nas eleições para a Assembleia Nacional na Namíbia.

5. Conclusões

A ideia de Richard Sklar (1983) de que devemos estudar a democracia em África não apenas para aprender mais sobre África, mas também para atualizar o nosso conhecimento acerca do significado da própria democracia, foi fazendo cada vez mais sentido ao longo desta investigação.

O facto de não existir uma definição univocamente aceite do termo democracia (Fayemi, 2009), e depois da consciência de que também em África sustentar a democracia é por vezes mais difícil do que estabelece-la (Schedler, 1998), este trabalho teve como principal objetivo analisar o percurso de consolidação da democracia no Botswana e na Namíbia entre 1999 e 2008. Nesse sentido, foram analisadas as dimensões comportamental, atitudinal e estrutural da consolidação da democracia (adaptado de Schedler, 2001) no Botswana e na Namíbia, através do estudo dos fatores "uso da violência", "apoio à democracia" e "crescimento económico".

Apesar da dificuldade em definir especificamente em que é que consiste a consolidação da democracia e quando é que esta ocorre (Gasiorowski & Power, 1998, p.743), foi possível através da análise tripartida deste conceito, inferir algumas conclusões sobre os fatores que possam ter constituído incentivos e/ou obstáculos à consolidação da democracia no Botswana e na Namíbia entre 1999 e 2008.

Relativamente à dimensão comportamental da consolidação da democracia, verificaram-se registos de problemas relacionados com o "uso da violência" quer na Namíbia quer Botswana. Dadas as características e intensidade de ocorrência destes problemas relacionados com o "uso da violência" no período de tempo compreendido entre 1999 e 2008 em ambos os países, e partindo do pressuposto que a democracia e a violência se relacionam em razão inversa, podemos concluir que este fator pode ter funcionado como um obstáculo à consolidação democrática no Botswana e na Namíbia.

A análise feita ao "apoio à democracia" no Botswana e na Namíbia como fator explicativo da consolidação da democracia segundo a dimensão atitudinal, mostrou que o "apoio à democracia" terá representado um fator de incentivo à consolidação democrática em ambos os países, uma vez que estes mostraram resultados satisfatórios de apoio á

democracia como a melhor forma de governo, em detrimento do apoio a outras formas de governo que o democrático.

Em relação à análise da dimensão estrutural da consolidação da democracia, o fator "crescimento económico", explicado através dos valores do PIB do Botswana e da Namíbia entre 1999 e 2008, permitiu concluir que o "crescimento económico" pode ter representado um fator de incentivo à consolidação da democracia, ou que pelo menos não terá sido um obstáculo à consolidação democrática nestes dois países.

Em forma de resumo, podemos concluir que de uma maneira geral, quer no Botswana, quer na Namíbia, o "uso da violência" pode ter constituído um obstáculo à consolidação da democracia, e o "apoio à democracia" e o "crescimento económico" podem ter constituído fatores de incentivo à consolidação da democracia. Contudo, verificaram-se diferenças na forma como estes fatores podem ter incentivado ou representado um obstáculo à consolidação democráticas nestes dois países:

- O efeito negativo do "uso da violência" sobre a consolidação da democracia pode ter surtido mais efeito na Namíbia do que no Botswana;

- O Botswana apresentou em comparação com a Namíbia valores bastante mais elevados de apoio à democracia e valores muito inferiores no que diz respeito ao apoio a outras formas de governo não democráticas, o que pode significar que o fator "apoio à democracia" possa ter constituído um maior incentivo à consolidação democrática no Botswana do que na Namíbia.

- Se o crescimento económico foi muito superior no Botswana do que na Namíbia, também podemos supor que a consolidação da democracia terá ocorrido em maior grau no Botswana do que na Namíbia, pelo menos no que diz respeito à dimensão estrutural da mesma.

Como forma de responder à questão de investigação proposta neste trabalho, podemos dizer que entre 1999 e 2008, no Botswana e na Namíbia, o "apoio à democracia" e o "crescimento económico" podem ter incentivado mais a consolidação da democracia do que o "uso da violência".

Dada a importância das eleições para a democracia em geral, e em específico para a consolidação da democracia, surgiu a necessidade de explorar (ainda que de uma forma

muito superficial) os resultados eleitorais do Botswana e da Namíbia desde as suas independências, com o objetivo de perceber de que forma as eleições poderiam estar ou não a contribuir para a consolidação da democracia nestes países.

Os resultados, apesar de mostrarem que nunca houve alternância do Partido eleito e que a participação eleitoral atinge valores muito elevados, não deixam de ser ao mesmo tempo confusos e esclarecedores. Por um lado são confusos principalmente pois custa a crer numa democracia onde não existe mudança de partidos por via das eleições, o que nos levaria a questionar inclusivamente o facto de serem consideradas sequer democracias. Por outro lado tornam-se resultados esclarecedores. Se virmos a consolidação da democracia pela mesma perspetivas que Schedler (1998) a viu, então dizemos que o significado da consolidação da democracia varia de acordo com os contextos e objetivos que temos em mente. Ao focarmo-nos no facto de não haver alternância de partidos democraticamente eleitos no Botswana e na Namíbia, também podemos olhar para este dado como um fator de incentivo à consolidação da democracia, na medida em que pode promover a estabilidade política e social. Não nos podemos esquecer que estamos a falar de países com passados não tão longínquos (principalmente a Namíbia) de ditadura e opressão sob regras militares e totalitárias e que é difícil que os cidadãos tenham em mente um conjunto de regras democráticas ou que mostrem uma profunda ligação a essas regras.

Acima dos resultados específicos desta investigação e da resposta à questão de investigação proposta, este trabalho continuou a olhar para a democracia como "o governo das pessoas, pelas pessoas, e para as pessoas" (Abraham Lincoln, 1863) e apesar de tudo, a principal conclusão que se pode retirar é a de que independentemente dos observadores políticos acharem que um regime possa ser sustentável ou não, isso vai depender basicamente dos atores se comportarem de forma democrática ou não. Assim sendo, a dimensão comportamental da consolidação da democracia torna-se a perspetiva mais suscetível de explicar se um regime se mantém democrático ou se volta às profundezas da não democracia.

Sugestão para futuras pesquisas e limitações do estudo

Nenhum estudo esgota em si o assunto que trata, e este não é exceção. Muito existe ainda a investigar acerca da consolidação da democracia no contexto africano, até porque quer o conceito de democracia, quer o próprio conceito de consolidação democrática têm vindo a sofrer alterações ao longo do tempo, o que faz com que à partida nunca se esgotem as perspetivas e teorias que deles possam advir.

No contexto específico deste estudo, seria extremamente relevante analisar mais fatores explicativos de cada uma das dimensões da consolidação da democracia. Por exemplo em relação à dimensão comportamental, seria interessante para além do estudo do "uso da violência", comparar os mesmos ou até outros países sob o ponto de vista da "rejeição das eleições" e da "transgressão da autoridade". Contudo, dadas as limitações inerentes ao trabalho foi apenas possível analisar um fator explicativo por cada dimensão da consolidação da democracia, o que não deixa de ser interessante e relevante como pudemos verificar.

Outra sugestão relativa a futuras pesquisas nesta área prende-se com o estudo da relação entre o apoio e a satisfação com a democracia em África e a relação entre o crescimento económico e a consolidação da democracia, sendo que esta última tem sido mais explorado nos últimos anos. Contudo, permanecem temas que julgo terem algumas lacunas de investigação que valerá a pena serem tidas em consideração.

Esta dissertação teve como principal objetivo analisar o processo de consolidação da democracia no Botswana e na Namíbia entre 1999 e 2008.

Ao fazer uma análise tripartida da consolidação da democracia através do estudo das dimensões comportamental, atitudinal e estrutural da consolidação democrática nestes dois países no período de tempo mencionado, pretendeu-se dar um contributo no domínio pedagógico e didático aos investigadores e outros estudiosos do mesmo ramo científico.

Considera-se que através desta nova perspetiva de abordar e comparar processos de consolidação da democracia surjam novos desenvolvimentos neste campo de estudo, e que este trabalho em específico, represente um significativo passo em direção à exploração do tema da consolidação da democracia em perspetiva comparada no contexto africano.

Bibliografia

(s.d.). Obtido em 01 de Outubro de 2012, de CIA - The World Factbook : <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>

(s.d.). Obtido em 01 de Outubro de 2012, de Afrobarometer : <http://www.afrobarometer.org/>

(s.d.). Obtido em 01 de Outubro de 2012, de African Elections Database : <http://africanelections.tripod.com/>

(s.d.). Obtido em 01 de October de 2012, de The World Bank : <http://www.worldbank.org/>

Ake, C. (1996). *Democracy and Development in Africa*. Washignton, D.C. : The Brookings Institution .

Ake, C. (1993). The unique case of African democracy. *International Affairs (Royal Institute of International Affairs 1944-)* , 69 (2), 239-244.

Alemika, E. E. (December de 2007). *Quality of elections, satisfaction whit democracy and political trust in Africa* . Obtido em November de 2011, de afrobarometer.org.

Ambrose, B. P. (1995). *Democratization and the Protection of Human Rights in Africa: Problems and prospects*. United States of America : Praeger Publishers .

Bell, J. E., & Staeheli, L. A. (2001). Discourses of diffusion and democratization . *Political Geography* , 175-195.

Bratton, M. (1998). Second Elections in Africa. *Journal of Democracy* , 51-56.

Bratton, M., & Matters, R. (2009). Neither Consolidating Nor Fully Democratic: The Evolution of African Political Regimes, 1999-2008. *Afrobarometer* .

Bratton, M., & Mattes, R. (2000). Support for Democracy in Africa: Intrinsic or Instrumental? *Afrobarometer* .

Bratton, M., & Walle, N. v. (1997). *Democratic Experiments in Africa: Regime Transitions in a Comparative Perspective* . Cambridge : Cambridge University Press.

Dahl, R. A. (1998). *On Democracy*. Yale University Press.

Dahl, R. (1971). *Polyarchy: Participation and Opposition* . New Haven : Yale University Press.

Diamond, L. (1988). *Class, Ethnicity, and Democracy in Nigeria: The Failure of the First Republic*. New York : Syracuse University Press .

Diamond, L. (1999). *Developing Democracy: Toward Consolidation* . Baltimore and London : The Johns Hopkins University Press.

- Elklit, J., & Reynolds, A. (2005). A Framework for the Systematic Study of Election Quality. *Democratization* , 147-162 .
- Fayemi, A. K. (2009). Towards an African Theory of Democracy . *Thought and Practice* , 101-126.
- Feng, Y. (2003). *Democracy, Governance, And Economic Performance: Theory And Evidence*. Massachusetts : Massachusetts Institute of Technology .
- Gasiorowski, M., & Power, T. (1998). The structural determinants of democratic consolidation, Evidence from the Third World. *Comparative Political Studies* , 740-771.
- Gunther, R., Diamandouros, N. P., & Puhle, H.-J. (1995). *The politics of democratic consolidation: southern Europe in comparative perspective*. The Johns Hopkins University Press.
- Hadenius, A., & Uggla, F. (1996). Making Civil Society Work, Promoting Democratic Development: What Can States and Donors Do? *World Development* , 1621-1639.
- Held, D. (1987). *Models of Democracy*. Cambridge : Polity Press.
- Huntington, S. P. (1991). *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*. University of Oklahoma Press.
- Ibrahim, J. (2003). Democratic Transition in Anglophone West Africa. *The CORDESRIA Monograph Series* .
- Joseph, R. (1991). Africa: The Rebirth of Political Freedom. *Journal of Democracy* , 2 (4), 11-24.
- Keane, J. (2004). *Violence and Democracy* . Cambridge: Cambridge University Press.
- Kuenzi, M., & Lambright, G. (2005). Party systems and democratic consolidation in Africa's electoral regimes . *Party Politics* , 423-446.
- Lindberg, S. I. (2001). Forms of States, Governance, and Regimes: Reconceptualizing the Prospects for Democratic Consolidation in Africa. *International Political Science Review* , 173-199.
- Linz, J. J., & Stepan, A. (1996). *Problems of Democratic Transition an Consolidation: Southern Europe, South America, and Post-Communist Europe*. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press.
- Mattes, R., Bratton, M., Davids, Y. D., & Africa, C. (July de 2000). *Public Opinion and the Consolidation of Democracy in Southern Africa*. Obtido em November de 2011, de [afrobarometer.org](http://www.afrobarometer.org):
http://www.afrobarometer.org/index.php?option=com_docman&Itemid=39&limitstart=100

Mattes, R., Davids, Y. D., & Africa, C. (October de 2000). *Views of Democracy in South Africa an de Region: Trends and Comparisons* . Obtido em November de 2011, de afrobarometer.org :
http://www.afrobarometer.org/index.php?option=com_docman&Itemid=39&limitstart=100

Pinkney, R. (1994). *Democracy in the Third World*. Lynne Rienner.

Popper, K. (1963). *Conjectures and Refutations: The Growth of Scientific Knowledge*. Routledge & Kegan Paul .

Pzeworski, A., Stokes, S., & Manin, B. (1999). *Democracy, Accountability, and Representation*. Cambridge : Press Syndicate of the University of Cambridge .

Ragin, C. (1987). *The comparative Method: Moving Beyond Qualitative and Quantitative Strategies*. London: University of California Press.

Reis, F. (2010). *Como elaborar uma Dissertação de Mestrado segundo Bolonha* . Lisboa: Pactor .

Resnick, D. (2011). Do electoral coalitions facilitate democratic consolidation in Africa? . *Party Politics* , 1-23.

Schedler, A. (2001). Measuring Democratic Consolidation. *Studies in Comparative International Development* , 36, 66-92.

Schedler, A. (1998). What is Democratic Consolidation . *Journal of Democracy* , 91-107.

Schumpeter, J. A. (2003). *Capitalism, Socialism and Democracy*. Taylor & Francis e-Library .

Sklar, R. L. (1983). Democracy in Africa. *African Studies Review* , 26 (3/4), 11-24.

Stepan, A. (1990). On the Tasks of a Democratic Opposition. *Journal of Democracy* , 41-49.

Thomson, A. (2000). An introduction to African politics .

RELATÓRIOS DO DEPARTAMENTO DE ESTADO AMERICANO SOBRE AS PRÁTICAS DOS DIREITOS HUMANOS

Botswana (1999-2008)

United States Department of State, U.S. Department of State Country Report on Human Rights Practices 1999 - Botswana, 25 February 2000, available at:

<http://www.unhcr.org/refworld/docid/3ae6aa6a8.html> [accessed 12 October 2012]

United States Department of State, U.S. Department of State Country Report on Human Rights Practices 2000 - Botswana, 26 February 2001, available at:

<http://www.unhcr.org/refworld/docid/3ae6aa8c4.html> [accessed 12 October 2012]

United States Department of State, *U.S. Department of State Country Report on Human Rights Practices 2001 - Botswana*, 4 March 2002, available at:

<http://www.unhcr.org/refworld/docid/3c84d9880.html> [accessed 1 October 2012]

United States Department of State, *U.S. Department of State Country Report on Human Rights Practices 2002 - Botswana*, 31 March 2003, available at:

<http://www.unhcr.org/refworld/docid/3e918c18b.html> [accessed 1 October 2012]

United States Department of State, *U.S. Department of State Country Report on Human Rights Practices 2003 - Botswana*, 25 February 2004, available at:

<http://www.unhcr.org/refworld/docid/403f57ae4.html> [accessed 1 October 2012]

United States Department of State, *U.S. Department of State Country Report on Human Rights Practices 2004 - Botswana*, 28 February 2005, available at:

<http://www.unhcr.org/refworld/docid/4226d96711.html> [accessed 1 October 2012]

United States Department of State, *U.S. Department of State Country Report on Human Rights Practices 2005 - Botswana*, 8 March 2006, available at:

<http://www.unhcr.org/refworld/docid/4418218123.html> [accessed 1 October 2012]

United States Department of State, *U.S. Department of State Country Report on Human Rights Practices 2006 - Botswana*, 6 March 2007, available at:

<http://www.unhcr.org/refworld/docid/45f0567323.html> [accessed 1 October 2012]

United States Department of State, *2007 Country Reports on Human Rights Practices - Botswana*, 11 March 2008, available at:

<http://www.unhcr.org/refworld/docid/47d92c0fc.html> [accessed 1 October 2012]

United States Department of State, *2008 Country Reports on Human Rights Practices - Botswana*, 25 February 2009, available at:

<http://www.unhcr.org/refworld/docid/49a8f1a3b4.html> [accessed 1 October 2012]

Namibia (1999-2000)

United States Department of State, *U.S. Department of State Country Report on Human Rights Practices 1999 - Namibia*, 25 February 2000, available at:

<http://www.unhcr.org/refworld/docid/3ae6aa7120.html> [accessed 1 October 2012]

United States Department of State, *U.S. Department of State Country Report on Human Rights Practices 2000 - Namibia*, 26 February 2001, available at:

<http://www.unhcr.org/refworld/docid/3ae6aa9120.html> [accessed 1 October 2012]

United States Department of State, *U.S. Department of State Country Report on Human Rights Practices 2001 - Namibia*, 4 March 2002, available at:

<http://www.unhcr.org/refworld/docid/3c84d999c.html> [accessed 1 October 2012]

United States Department of State, *U.S. Department of State Country Report on Human Rights Practices 2002 - Namibia*, 31 March 2003, available at:

<http://www.unhcr.org/refworld/docid/3e918c2c16.html> [accessed 1 October 2012]

United States Department of State, *U.S. Department of State Country Report on Human Rights Practices 2003 - Namibia*, 25 February 2004, available at:

<http://www.unhcr.org/refworld/docid/403f57b3c.html> [accessed 1 October 2012]

United States Department of State, *U.S. Department of State Country Report on Human Rights Practices 2004 - Namibia*, 28 February 2005, available at:

<http://www.unhcr.org/refworld/docid/4226d96f3.html> [accessed 1 October 2012]

United States Department of State, *U.S. Department of State Country Report on Human Rights Practices 2005 - Namibia*, 8 March 2006, available at:

<http://www.unhcr.org/refworld/docid/441821895.html> [accessed 1 October 2012]

United States Department of State, *U.S. Department of State Country Report on Human Rights Practices 2006 - Namibia*, 6 March 2007, available at:

<http://www.unhcr.org/refworld/docid/45f0567b11.html> [accessed 1 October 2012]

United States Department of State, *2007 Country Reports on Human Rights Practices - Namibia*, 11 March 2008, available at:

<http://www.unhcr.org/refworld/docid/47d92c1fc3.html> [accessed 1 October 2012]

United States Department of State, *2008 Country Reports on Human Rights Practices - Namibia*, 25 February 2009, available at:

<http://www.unhcr.org/refworld/docid/49a8f16bc.html> [accessed 1 October 2012]

SUMÁRIOS DO AFROBAROMETER RELATIVOS ÀS ATITUDES POPULARES FACE À DEMOCRACIA NO BOTSWANA E NA NAMÍBIA

AFROBAROMETER. Popular Attitudes toward Democracy in Botswana: A Summary of Afrobarometer Indicators, 1999-2008 - 5 August 2009, available at:

http://www.afrobarometer.org/files/documents/democracy_indicators/bot_r4_di.pdf

[accessed 1 October 2012]

AFROBAROMETER. Popular Attitudes toward Democracy in Namibia: A Summary of Afrobarometer Indicators, 1999-2008 - 13 August 2009, available at

http://www.afrobarometer.org/files/documents/democracy_indicators/nam_r4_di.pdf

[accessed 1 October 2012]

DADOS SOBRE O PIB (PRODUTO INTERNO BRUTO) NA NAMÍBIA E NO BOTSWANA ENTRE 1999 E 2008

THE WORLD BANK. Data - GDP (current US\$), available at:

<http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD/countries/1W?page=2&display=default> [accessed 1 October 2012].